



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

ROBSON FRANCISCO BARROS DOS SANTOS

**A GEOGRAFIA ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS:
UMA ANÁLISE POLÍTICO/PARTIDÁRIA DAS ELEIÇÕES PARA
GOVERNADORES (1998-2014) E PREFEITOS (1996-2012) E AS RELAÇÕES ENTRE
OS PODERES**

**ARAGUAÍNA
2015**

ROBSON FRANCISCO BARROS DOS SANTOS

**A GEOGRAFIA ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS:
UMA ANÁLISE POLÍTICO/PARTIDÁRIA DAS ELEIÇÕES PARA
GOVERNADORES (1998-2014) E PREFEITOS (1996-2012) E AS RELAÇÕES ENTRE
OS PODERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Jean Carlos Rodrigues

**ARAGUAÍNA
2015**

ROBSON FRANCISCO BARROS DOS SANTOS

**A GEOGRAFIA ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS:
UMA ANÁLISE POLÍTICO/PARTIDÁRIA DAS ELEIÇÕES PARA
GOVERNADORES (1998-2014) E PREFEITOS (1996-2012) E AS RELAÇÕES ENTRE
OS PODERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Tocantins – UFT,
Campus de Araguaína, junto ao curso de
Licenciatura Plena em Geografia como
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciado em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Jean Carlos
Rodrigues

Aprovado em, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Jean Carlos Rodrigues
(Orientador)

Professor Dr. Alberto Pereira Lopes
(Examinador)

Professor Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva
(Examinador)

À minha família e familiares, amigos e conhecidos.

Ao orientador e demais professores e profissionais da instituição.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Ramos dos Santos e Lila Leia Lopes Barros dos Santos, ao meu irmão Bruno Barros dos Santos e aos meus demais familiares. Sem seu apoio, não teria entrado em um curso de ensino superior e, muito menos, estaria terminando-o.

E uma atenção muito especial à minha tia Antônia Lopes de Sousa por ter me acolhido em sua residência todo esse tempo, apoio crucial ao longo da formação acadêmica.

À Universidade Federal do Tocantins, por ter sido a instituição realizadora da minha formação, pelas bolsas de iniciação científica e permanência, pelas estruturas das salas de aula de apoio e dos laboratórios, pela criação do laboratório de Geografia Humana, e pelos professores Jean Carlos Rodrigues e Alberto Pereira Lopes, nos últimos tempos.

Ao meu orientador, professor Dr. Jean Carlos Rodrigues, pelo apoio e dedicação como professor e orientador. Sem ele não teria construído este trabalho. Agradeço a ele, também, pelo incentivo à vivência da ciência e da pesquisa, Ao professor Eliseu Pereira de Brito, por ter me dado esse incentivo e mostrar o caminho em sala de aula nos primeiros períodos do curso.

A todos os professores do Colegiado de Geografia, pela atuação docente e intelectual, e aos demais professores de outros colegiados, pela troca de ideias e diálogos.

Um agradecimento especial ao professor Carlos Augusto, por ter me cedido o laboratório. Sem ele, não teria tido espaço para a construção científica deste trabalho e de tantos outros durante a graduação.

Aos demais profissionais da instituição: técnicos, vigilantes e o pessoal da limpeza, pelo serviço prestado e sua dedicação com a instituição com os alunos.

Um agradecimento aos técnicos, Gilberto Hachiró Ichihara, secretário do curso de História e Marcos Sousa secretário do curso de Geografia, pela aguda dedicação.

A todos os meus amigos. Sem a amizade e o apoio deles, não teria chegado aqui e isto não faria sentido. Em especial, Vinicius Humberto Margarida, Reges Sodré da Luz Silva Dias, Welison Portugal, Maíza Pereira Lôbo, Renata Pertally, Fernando Silva Cardoso, Bruna Cardoso, Augusto Cesar Ferreira, Adelaide Pauline Aquino Leite Barbosa, Lucas Dias, Maísa Alves, Aliny Mendes Margarida e, por ter me ajudado com o Abstract, Thabyson Dias.

Obrigado!

O antigo, inimigo cedeu o espaço pra um desafio ainda maior Se manter de pé, Contra o que vier, Vencer os medos, Mostrar ao que veio, Ter o foco ali, E sempre seguir Rumo a vitória! Dead Fish – Vitoria.

RESUMO

A Geografia Eleitoral é pouco estudada na ciência geográfica brasileira, ela se faz presente dentro da grande área da Geografia Política. Nesta pesquisa, procuramos dar contribuição a esta temática tão importante em nossos dias. Nesta pesquisa analisamos a Geografia Eleitoral do Estado do Tocantins, estado este o mais novo da federação com todos os seus percalços. A análise foi feita por meio de dados coletados no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e no site do TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Os dados eleitorais foram para prefeitos correspondentes aos pleitos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012 de cada município tocantinense e dos governadores nos pleitos 1994, 1998, 2002 2006, 2010 e 2014. Os dados foram embasados no referencial teórico proposto para se analisar os dados. E através dos dados e do referencial teórico, elaboramos os mapas e os resultados finais, as conclusões da pesquisa, e assim construímos um referencial teórico sobre a geografia eleitoral e política do Estado do Tocantins.

Palavras Chaves: Geografia Política. Geografia Eleitoral. Estado do Tocantins.

ABSTRACT

The Electoral Geography is little studied in the Brazilian geographic science and it is also present in the Political Geography area. In this research, I tried to give contribution to this theme that is so important nowadays. In this research I analyzed the Electoral Geography of Tocantins State, state that is the newest of the federation with all its mishaps. The analysis was conducted using data collected on the site of Supreme Electoral Tribunal (TSE) and on the website of Regional Electoral Court (TRE). The electoral data were for mayors corresponding to the pleas in 1996, 2000, 2004, 2008 and 2012 in each county of Tocantins and governors corresponding to the pleas in 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 and 2014. The data were based on the theoretical framework proposed to analyze the data. And through data and theoretical reference I elaborated the maps and the final outcomes of the research findings, thus I built a theoretical framework about the electoral geography and the policy of Tocantins state.

Key words: Political Geography. Electoral Geography. Tocantins State.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Candidatos Eleitos a governador, por município, 1998.....	30
MAPA 2: Candidatos Eleitos a governador, por município, 2002.....	31
MAPA 3: Candidatos Eleitos a governador, por município, 2006.....	32
MAPA 4: Candidatos Eleitos a governador, por município, 2010.....	33
MAPA 5: Candidatos Eleitos a governador, por município, 2014.....	34
MAPA 6: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 1996.....	40
MAPA 7: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 2000.....	40
MAPA 8: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 2004.....	41
MAPA 9: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 2008.....	41
MAPA 10: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 2012.....	42
MAPA 11: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios: 1996.....	57
MAPA 12: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios: 2000.....	48
MAPA 13: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios: 2004.....	48
MAPA 14: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios: 2008.....	49
MAPA 15: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios: 2012.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Partidos que elegeram prefeitos em 1996 – TO.....	36
GRÁFICO 2: Partidos que elegeram prefeitos em 2000 – TO.....	37
GRÁFICO 3: Partidos que elegeram prefeitos em 2004 – TO.....	37
GRÁFICO 4: Partidos que elegeram prefeitos em 2008 – TO.....	38
GRÁFICO 5: Partidos que elegeram prefeitos em 2012 - TO.....	39

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1: Influência das eleições para governador nas eleições para prefeitos no Estado do Tocantins	45
---	----

LISTA DE SIGLAS

DEM – Democratas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Popular

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SD – Solidariedade

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
A GEOGRAFIA POLÍTICA	13
1.1. A gênese da Geografia Política	14
1.2. O desenvolvimento da geografia política.....	20
1.3. Geografia política na contemporaneidade.....	23
1.4. As abordagens da geografia política nos estudos eleitorais (geografia eleitoral)	25
CAPÍTULO II	
A GEOGRAFIA POLÍTICA NO ESTADO DO TOCANTINS	28
2.1. O espaço político-eleitoral do Tocantins – eleições para governador.....	29
2.1.1. Eleição de 1998	30
2.1.2. Eleição de 2002	30
2.1.3. Eleição de 2006	31
2.1.4. Eleição de 2010	33
2.1.5. Eleição de 2014	34
2.2. O espaço político-eleitoral do Tocantins – eleições para prefeito	35
CAPÍTULO III	
AS RELAÇÕES ENTRE PODERES: A INFLUÊNCIA DOS PLEITOS PARA GOVERNADOR EM PLEITOS PARA PREFEITO	44
3.1. Importância deste trabalho no ensino de geografia.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo discutir e analisar a geografia política e a geografia eleitoral do estado do Tocantins. Tendo em vista a pouca produção científica da geografia política no estado do Tocantins, este trabalho vem para colaborar para maior produção e discussão desta subárea da geografia em relação a esta mais nova unidade da Federação Nacional.

A problemática principal desse trabalho é a análise dos pleitos eleitorais do poder executivo tanto no âmbito estadual quanto no municipal e suas relações de interesses. A justificativa se dá pela importância deste tema na vida social tanto para quem mora no estado quanto para aqueles que não residem nele, pois terão a oportunidade de conhecer a geografia política tocantinense.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo discutimos o início da geografia política. Elaboramos uma análise dos autores que iniciaram a produção desta subárea da geografia, tais como Friedrich Ratzel e Camille Vallaux. Ainda neste capítulo, apresentamos o desdobramento da geografia política em meados do século XX, ao final da Segunda Guerra Mundial, a sua crise e ostracismos, também esta uma subárea na contemporaneidade (com os autores Iná Elias de Castro, Wanderley Messias da Costa e José William Vesentini). Fazemos uma análise a respeito da geografia eleitoral, subárea que permeia todo o restante do trabalho.

O segundo capítulo traz as análises dos dados eleitorais das eleições para governador do Estado do Tocantins nos pleitos 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e os dados eleitorais para prefeito dos municípios tocantinenses nos pleitos 1996, 2000, 2004, 2008, 2012. Através dos dados eleitorais, criamos representações cartográficas nas quais é possível visualizar, espacialmente, os resultados.

No terceiro capítulo, faz-se uma análise das relações de interesses entre o âmbito do poder executivo estadual e municipal. Traçamos as trocas de influências partidárias em pleitos eleitorais e as trocas de apoio político eleitorais de ambos os poderes.

No quarto e último capítulo, abordamos a importância deste trabalho para o ensino de geografia no Ensino Fundamental e Médio.

CAPÍTULO I

A GEOGRAFIA POLÍTICA

Neste primeiro capítulo, abordaremos a questão do início da Geografia Política. Inicialmente, trataremos de quem foram os primeiros autores que trabalharam essa temática. Este capítulo tem como objetivo fazer uma breve explanação sobre esta sub área da Geografia. É importante esclarecer que não é nossa intenção fazer um aprofundamento histórico nesta área. Os autores nacionais que utilizaremos ao longo deste capítulo são Iná Elias de Castro e Wanderley Messias da Costa e José William Vesentini. Esses autores já fizeram vários trabalhos sobre o início da Geografia Política, entre eles estão os livros “*Geografia e Política Território, escalas de ação e instituições*”, “*Geografia Política e Geopolítica*” e “*Novas Geopolíticas*”, dos respectivos autores. Além dessas, utilizaremos também a obra traduzida do geógrafo F. Ratzel, da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, organizada e coordenada pelos autores Antônio Carlos Robert Morais e Florestan Fernandes.

O primeiro a escrever sobre geografia política, e por isso o fundador desta subárea, foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e, logo depois, o geógrafo francês Camille Vallaux (1870-1945) escreveu sobre o estado e o território e a necessidade que um estado tinha de conquistar território para se tornar-se desenvolvido, também justificando as ações do estado alemão na conquista de novos territórios. Vallaux tece sua crítica sobre a obra de Ratzel. Em seus trabalhos, ele analisa a obra de Ratzel e escreve sua própria geografia política. Neste primeiro momento, trabalharemos esses dois autores europeus dentro das obras dos autores nacionais já citados.

No desenvolver da temática, trabalharemos o geógrafo José William Vesentini que, no seu livro “*Novas Geopolíticas*”, aborda alguns autores que escreveram em meados do século XX, e que tiveram grande repercussão, pois assim como Ratzel que escrevia para justificar as ações do estado alemão, escreviam para que seus estados conquistassem território. Com o final da Segunda Guerra Mundial, eles deixaram de produzir, pois, o que escreviam, remetia e era associado às ações de conquista de território e com os integrantes do partido nazista.

Logo em seguida, traçaremos uma breve explanação sobre a geografia política contemporânea a partir dos escritos dos autores nacionais para vermos como se encontra a geografia política nestes novos tempos.

Ao final do capítulo, abordaremos a temática da geografia eleitoral, que é uma das temáticas trabalhadas dentro da geografia política, temática essa que norteia os outros capítulos deste trabalho. O autor que tem grande respaldo e que iniciou os trabalhos de geografia eleitoral foi o geógrafo A. Siegfried (1875-1959), que começou o trabalho de criar mapas eleitorais e fazer as primeiras análises de relação do espaço com os dados eleitorais e política.

1.1. A gênese da Geografia Política

O início da geografia política acontece com o geógrafo alemão F. Ratzel, por volta da metade do século XIX. Inicialmente, Ratzel teve formação em Zoologia que foi realizada em Heidelberg. A partir dessa formação, ele tem ligação com alguns autores da época, como Haeckel e Charles Robert Darwin. Sob a influência Darwinista, ele escreveu alguns trabalhos na linha naturalista-evolucionista.

Ratzel foi um autor que utilizou o método positivista em suas pesquisas e escritos. Antônio Carlos Robert Moraes nos confirma isto no livro de tradução dos escritos de Ratzel:

O positivismo domina completamente a concepção ratzeliana do método a ser assumido pela antropogeografia. A adesão de Ratzel a esse método é explícito e ele afirma textualmente que nos autores positivistas, pela primeira vez no panorama do conhecimento humano, a questão das influências vai aparecer de forma “científica” (MORAES, 1990, p. 12).

Uma viagem que realizou aos Estados Unidos teve influência em suas publicações e estudo, inclusive o fez publicar um livro, em 1880, com o nome “*Os Estados Unidos da América do Norte*”. Dentro da geografia, Ratzel teve estudos em geografia geral e sobre problemas geográfico-políticos e publicou trabalhos como “*Antropogeografia*”, em 1882, e “*Geografia Política*”, em 1897, obras de maior respaldo em sua carreira.

Ratzel teve grande preocupação sobre seu país, a Alemanha, que, na época se via um tanto atrasada em comparação com outros países da Europa e com seus vizinhos, França e Inglaterra. Ratzel participava de atividades acadêmicas ligadas à questão nacional para, então, pensar sobre o futuro do seu país. Estas questões vão influenciar seus trabalhos no que se refere à forma de ver como o estado pode atuar para resolver esse tipo de questão, questão essa que se refere ao atraso político e à relação de inferioridade da Alemanha frente a outros países.

Ainda sobre o estado alemão, surge a questão nacional que é uma preocupação e desconfiança dos alemães sobre os franceses em relação a uma possível ameaça, tanto sobre o território quanto sobre a cultura de seus povos. Os autores que Ratzel tinha influência sobre a questão nacional eram Herder e Fichte, que escreveram sobre essas possíveis ameaças francesas e também contra a doutrina liberal iluminista francesa.

Costa (2013) nos coloca a concepção de Ratzel sobre o estado, que é a seguinte: “[...]os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço” (COSTA, 2013, p. 34). Ele nos mostra, com isso, que o estado não existe sem o espaço e que um “senso geográfico” e um fundamento geográfico são de fundamental importância para o poder político, e que aos “homens do estado” não deve faltar.

Ratzel teve influência de outras linhas de estudo da geografia como a biogeografia, o que explica o uso do termo *organismo* em seus escritos.

A ideia de organismo foi emprestada por Ratzel da biogeografia, para a qual o solo condiciona as formas elementares e complexas de vida. Nesse sentido, o estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar etc (COSTA, 2013, p. 35).

Costa (2013), afirma que não trata-se de um determinismo estreito quando Ratzel fala sobre as influências do solo,

[...] o solo, pelas suas características intrínsecas, “favorece ou emperra” o desenvolvimento dos Estados é a ideia de que eles dependem de determinadas condições naturais, tais como a forma de relevo, as condições de circulação marítima e fluvial etc., baseada na evidência empírica de que os “grandes Estados” desenvolveram-se sobre essas bases (COSTA, 2013, p. 35).

O que realmente importa, nesse sentido, é que o solo e seus condicionantes físicos são apenas uma base concreta, uma superfície, e, para se ter um desenvolvimento estatal, “dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo”. (COSTA, 2013, p. 35) e então, segundo o autor, cabe aos líderes do estado ter certa percepção e um conjunto de ações para atingir tal desenvolvimento.

Ainda sobre o determinismo em Ratzel ou a influência do meio natural ao homem, o próprio Ratzel tece algumas críticas:

A questão da influência que a natureza exerce sobre as condições físicas e intelectuais do homem teve a sorte menos propícia que possa caber a um problema científico; ela vinha sendo discutida longamente e dos pontos de vista mais diversos antes que se chegasse a analisá-la e a penetrá-la intimamente com os meios da investigação científica. Ainda hoje sua abordagem é feita de modo totalmente superficial e apresenta aquele caráter de indeterminação, aquelas repetições, aquele retornar a vias

já abandonadas, próprios dos problemas que não parecem ter esperança de solução, [...] (RATZEL, 1990, p. 54).

No trecho acima, ele mostra que esse tipo de estudo tem alguns problemas e é bastante superficial e que talvez precise de melhores e maiores aprofundamentos científicos. Ao longo do texto, ele tece outras críticas em relação a esse tipo de estudo e sobre autores que pesquisam e escrevem sobre ele. Vejamos:

A obscura e exagerada afirmação “o homem é produto do ambiente” é combatida com uma outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente. Esta disputa nem sequer apresentaria esperança de conclusão se não restasse a confiança de que os conceitos não se opõem tão asperamente um ao outro como as palavras. Não é possível refutar palavra com outro palavra: mas felizmente os conceitos revelam por si próprios, com o tempo, a sua verdade intrínseca, e por si sós coordenam-se entre si ou se subordinam uns aos outros conforme sua íntima afinidade e seu valor (RATZEL, 1990, p. 54).

Ratzel vê no Estado a questão do “ideal nacional” e o “político nacional”, questões estas de grandes importâncias para o povo alemão, que, por sua vez, traz uma valorização tanto da cultura quanto da própria política no sentido da ligação do povo no território. E, como já citado anteriormente, para o estado se desenvolver, precisa haver uma expansão territorial. E, segundo Ratzel, isso passa ou pela conquista ou colonização. O último termo é mais favorável à ideia de Ratzel, pois há uma maior valorização do território e menos violência contra os nativos.

A respeito da importância da ciência geográfica, Costa (2013) coloca as concepções de Ratzel no seguinte trecho:

Toda ampliação do “horizonte geográfico”, diz ele, depende dos geógrafos e dos políticos, que participam não apenas da fase das descobertas, mas principalmente da consolidação do Estado, concorrendo aí os diplomatas (com as negociações) e os geógrafos (especialmente com a cartografia, os inventários, os dados rigorosos etc.). Após citar exemplos de tratados mal elaborados por ignorar-se ali a importância da contribuição dos geógrafos, ele conclui que cada vez mais os “homens de Estado” tem incorporado o conhecimento em geografia às suas políticas e estratégicas. (COSTA, 2013, p. 41).

Nesta citação de Costa, se tem o posicionamento de Ratzel sobre a importância da ciência geográfica no âmbito da boa gestão do estado. Segundo Ratzel, esse conhecimento é indispensável para a construção do estado.

E, em relação ao território, categoria geográfica de extrema importância nas análises de geografia política, Ratzel escreve da seguinte forma:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica,

uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (RATZEL, 1990, p. 73).

A autora Iná Elias de Castro tece algumas considerações sobre o tema território em Ratzel.

O geógrafo alemão Ratzel foi quem melhor compreendeu e explicitou a importância do território como um suporte duradouro para o poder das instituições políticas, e sua geografia política é o resulta disso. (CASTRO, 2013, p. 67).

O Estado é também analisado em seus escritos, e ele coloca algumas definições, como a tida em seu texto traduzido;

O direito internacional define como província de um estado aquela porção de terra sujeita ao governo do Estado. A geografia política também se radica nessa definição, mas não lhe dizem respeito as cláusulas e as disposições com as quais o direito internacional expande o domínio do Estado pelo céu e pela terra, [...] (RATZEL, 1990, p. 175).

Castro (2013) dá as seguintes considerações sobre a obra de F. Ratzel, dentro da geografia política.

[...] Ratzel era um intelectual do seu tempo, e para ele o nacionalismo, como estratégia de consolidação do império alemão, era bem mais importante do que a adesão a uma ética política de defesa dos povos e dos Estados mais fracos (CASTRO, 2013, p. 67).

Em outro trecho, a autora fala sobre o contexto em que Ratzel escreveu e o motivo de suas afirmações:

Os temas trabalhados por Ratzel em sua geográfica política expressam esse contexto espaço-temporal da Europa, e da Alemanha em particular, na segunda metade do século XIX. Começando pela relação entre solo e Estado a partir de analogias com a biogeografia, o geógrafo alemão procurou teorizar o Estado como intrinsecamente geográfico, reelaborando argumentos que, de modo disperso e implícito, encontravam-se formulados pelos historiadores e pelos pensadores políticos, [...] No entanto, se a opção ratzeliana de elaborar um aparato teórico conceitual que legitimasse a forma Estado territorial nos moldes dos interesses alemães da época não responde mais ao contexto espaço-temporal do século XXI, não significa que o tema Estado deva ser abolido das considerações da geografia política contemporânea. (CASTRO, 2013, p. 76-77).

Assim, conclui-se a respectiva parte sobre o geógrafo alemão F. Ratzel, personagem de grande respaldo para a construção da geografia e um pioneiro na questão da geografia política, com concepções e escritos que correspondiam ao seu contexto e que foram essenciais até mesmo para se pensar a política dentro da geografia.

Agora trataremos sobre Camille Vallaux (1870-1945). Ele foi um geógrafo francês que, posteriormente a Ratzel, escreveu sobre geografia política, foi, inclusive, o primeiro a

estudar e escrever sobre o geógrafo e a geografia política do alemão. Isso esteve presente no livro “*Geografia Social – O Solo e o Estado*”, de 1914.

Wanderley Messias da Costa escreve, na segunda parte do primeiro capítulo do seu livro “*Geografia Política Geopolítica*”, sobre o autor francês, e inicia suas análises da seguinte forma:

Com seu livro *Geografia Social – O Solo e o Estado*, Camille Vallaux teve o mérito de apresentar o primeiro estudo completo e sistemático em geografia política desde Ratzel, no contexto da geografia humana francesa, que a partir de Vidal de La Blache vinha se firmando como uma das mais importantes na história dessa ciência. O título de seu trabalho é proposital, já que ao longo de toda a exposição ele praticamente estabelece com o famoso geógrafo alemão um diálogo exaustivo, aceitando, contrapondo e superando cada conceito e teoria ali expostos (COSTA, 2013, p. 43).

Costa também nos expõem que o ator alemão foi muito importante para a discussão da geografia política posteriormente a sua obra, pois, é a partir dela que todos iniciam suas discussões. Costa nos mostra isto no seguinte trecho:

[...], este será o comportamento da maioria dos autores que se seguiram ao geógrafo alemão na evolução da geografia política, qual seja, o de apresentar a sua concepção dos problemas, mas sempre a partir da teoria e do método ratzelianos, divergindo, concordando ou inovando, mas sempre incorporando-os como referência inicial (COSTA, 2013, p. 44).

Vallaux não concorda com a aproximação das ciências sociais das ciências naturais. Na sua visão, isso seria um certo prejuízo e produziria uma visão equivocada. Nas palavras de Costa (2013), “[...] a aproximação das ciências da natureza, principalmente da biologia, com as ciências sociais [...], produziu uma visão em alguns casos equivocada (de que o Estado, por exemplo, seria um organismo biológico)” (p. 44). No livro de Costa, encontra-se uma tradução de parte do texto de Vallaux na qual ele confirma esta posição:

Especialmente os geógrafos, que em seus estudos sobre o quadro natural em que se movem as sociedades humanas e todos os organismos vivos, se habituaram a ter uma consciência sempre da interpretação das formas de vida, não admitirão facilmente um divórcio definitivo e sem esperança entre a biologia e a sociologia” (VALLAUX, 1914, p. 07, *apud* COSTA, 2013, p. 44).

Esta negação ou reprovação vai se repetir com outras temáticas, mas Vallaux concorda com Ratzel em alguns pontos, por exemplo na definição de Estado e no desenvolvimento, mas esta concordância apresenta algumas ressalvas. Sobre esta ação de Vallaux, Costa escreve o seguinte:

Como primeira tendência geral no curso do desenvolvimento dos Estados, obtida pela observação das analogias entre tipos de sociedades políticas e Estados, Vallaux

reconhece que é inevitável que a formação dos Estados passe necessariamente pela definição da soberania de um povo sobre uma porção determinada do solo, definindo aí um território, ou seja, um espaço de domínio político (COSTA, 2013, p. 47).

Neste trecho, Costa (2013) nos expõe que Vallaux reconhece e concorda com o posicionamento do autor alemão, e, ainda em relação ao estado, Costa nos mostra a definição de tipos de estados considerados pelo autor.

Em sua definição de tipos de Estados, o autor reconhece dois principais: os simples e os complexos. O primeiro caracteriza-se pelo fato de seu nível de coesão é baixo, de modo que mesmo na hipótese de um desmembramento de partes de seu território, isso não alteraria em muito o curso da história dessa sociedade. [...] (COSTA, 2013, p. 48).

Em relação aos estados complexos, Vallaux tem o seguinte posicionamento:

Os Estados complexos, ao contrário, apresentariam tendência a uma forte coesão interna, de modo que o domínio político sobre o território se faria de modo completo, havendo assim uma maior interdependência das entre as suas partes. Segundo ele, essa distinção nada tem a ver com a dimensão dos territórios controlados pelos Estados, importando aí, antes de tudo, o grau de domínio político e de articulação interna dos Estados em cada território. Também nesse ponto concorda basicamente com Ratzel (COSTA, 2013, p. 48).

Outros pontos em que Costa (2013) aborda sobre o francês Vallaux que consideramos importantes para este trabalho, são os seguintes:

Apesar dessas ressalvas a esse aspecto fundamental do pensamento de Ratzel, o cerne das análises de Vallaux permanece baseado na estrutura de exposição e, em alguns casos, no conteúdo das teorias daquele autor. Tal ocorre com as suas exaustivas análises do problema da diferenciação relacionado à formação dos Estados, em que reconhece, como regra geral, que a gênese e o desenvolvimento destes tendem a ser necessariamente conflituosos naquelas regiões do globo em que os processos de diferenciação estão mais consolidados, como é o caso da Europa. (COSTA, 2013, p. 50-51).

Outros pontos estudados pelo autor Vallaux são:

Dentre o conjunto de temas da geografia política desenvolvidos por Vallaux, destacam-se suas análises a respeito dos problemas da *circulação*, das *idades* e das *fronteiras*, todos eles fundamentais aos estudos desse ramo da geografia e que serão exaustivamente abordados em sua evolução até os nossos dias. Apesar de partirem, em geral, das análises de Ratzel, inovam-nas em muitos aspectos e emprestam-lhe significados distintos. Pelo seu avanço e sofisticação, recomendável considerá-las como extremamente válidas para os estudos geográficos-políticos sobre problemas contemporâneos. (COSTA, 2013, p. 51).

Costa (2013) tece no seu texto a importância dos escritos de Vallaux para a geografia política:

Nos seus traços essenciais, esse é o pensamento geográfico-político de Camille Vallaux. Sua importância, como procuramos assinalar decorre principalmente de suas posições avançadas para aquele momento da geografia em geral, em especial o seu rigor metodológico e o inegável esforço de procurar situar o objeto da geografia política no campo de debate teórico das ciências sociais de seu tempo, entendendo-a como interdisciplinar desde logo. Além do mais, por entender o caráter pioneiro e fundamental da obra de Ratzel, recupera e supera criticamente os seus postulados, oferecendo a todos os que se interessariam mais tarde por esses problemas uma vertente teórica e analítica alternativa que não pode ser descartada de nenhum estudo sério em geografia política. (COSTA, 2013, p. 54).

E, assim, se finalizam as análises sobre o autor francês Camille Vallaux, que tem grande importância para as primeiras análises sobre a temática de geografia política. Os avanços de seus escritos tornaram a geografia um todo mais forte, e, para a geografia política, autor acrescentou um número maior de reflexões e produções.

1.2. O desenvolvimento da geografia política

Nesta parte do capítulo, vamos discutir a geografia política após os escritos dos autores que iniciaram a produção nesta subárea. O desenvolvimento desta subárea no século XX não é bem um desenvolvimento, pois, em meados deste século (e após o fim da Segunda Guerra Mundial) esta subárea entra em um ostracismo, isto por que os seus pensadores e suas produções foram associados a integrantes do partido nazista que utilizavam estes escritos para justificar suas ações e atrocidades e que procuravam invadir territórios vizinhos e dominá-los.

O autor que escreve e confirma isto, é José William Vesentini em seu livro “*Novas Geopolíticas*”. Nesse livro, ele fala sobre vários outros assuntos, como as disputas mundiais por poder, empasses militares e tanto outros que norteiam o livro. O autor Wanderlei Messias da Costa também trabalha esta questão da geografia política no século XX em seu livro que traz várias abordagens.

Vesentini vai falar sobre geografia política e geopolítica, como era chamada, e também explica isto no seguinte trecho:

A geopolítica nasceu – pelo menos oficialmente, como rótulo – com o jurista sueco Rudolf Kjellén, que pela primeira vez empregou esse termo num ensaio intitulado “As grandes potências”, publicado em 1905 numa revista do seu país. Onze anos mais tarde Kjellén reafirma as bases dessa “nova disciplina” no seu livro *O Estado como forma de vida*, editado em 1916 na Suécia. Formado em Direito e tendo sido parlamentar, Kjellén lecionava Ciência Política e História nas universidades de Uppsala e de Goteborg. Sua preocupação fundamental nessas obras era com o poderio mundial e ele definiu a geopolítica como “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”. Como se tratava de um objeto semelhante ao da geografia política, sistematizada/ redefinida em 1897 por F.Ratzel (do qual Kjellén foi um leitor atento), ele procurou estabelecer diferenças entre essas duas formas de conhecimento. Essas diferenças estariam principalmente na abordagem, que seria geográfica no caso

da geografia política (ou seja, uma ênfase nas “relações homem/natureza”) e política no caso da geopolítica (isto é, “a perspectiva do Estado perante a dimensão espacial da sua atuação”). Ele também procurou enfatizar o lugar da geopolítica como intersecção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado. O conceito de interdisciplinar não era familiar nem a Kjellén nem à sua época, razão pelo qual ele encarava a geopolítica como “uma ciência” (VESENTINI, 2013, p. 15-16).

Logo em seguida, o autor coloca que, na verdade, a geopolítica é a geografia política aplicada e que a escrita por estes autores, que não são geógrafos, e sim militares, tem seus interesses.

Essa distinção operada por Kjellén entre geopolítica e geografia política foi bastante questionada; muitos geógrafos no passado e no presente (Thorndike Jr, Lacoste, Claval e vários outros) viram na geopolítica tão somente a geografia política “aplicada”. Entretanto, os “grandes nomes” da geopolítica, com a notável exceção de Mackinder, não foram de geógrafos e sim de estrategistas militares. E a preocupação básica da geopolítica clássica nunca foi a de um conhecimento (geográfico e/ou científico) sobre um aspecto da realidade (a dimensão espacial da política) e sim a de estabelecer bases para que o “seu Estado se fortalecesse no cenário internacional (VESENTINI, 2013, p. 16).

Sobre o início da geopolítica Vesentini (2013) diz que

A geopolítica logo se expandiu, tendo encontrado no cenário mundial da primeira metade do século XX um solo fértil para crescer. A ordem mundial multipolar que vigorou desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial propiciava um clima de pré-guerra entre as grandes potências do período, com acirradas disputas por territórios, mercados e recursos na África, na Ásia e até na Europa. Com o declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade século XVIII e de quase todo o XIX, os embates pela hegemonia mundial se multiplicavam (VESENTINI, 2013, p. 16).

Em outra parte do texto de Vesentini (2013), é abordada a questão do contexto:

Nesse contexto, inúmeros pensadores se engajaram na tarefa, apelidada de geopolítica por Kjellén, de compreender o equilíbrio de forças no espaço mundial e as condições pelas quais um determinado Estado pode se tornar uma grande potência. Na visão desses pensadores, de forma inclusive coerente com a sua época, o fundamental era a quantidade de recursos – mercados, povos (mão de obra, soldados), solos agriculturáveis, minérios, espaço geográfico enfim. Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial – ou controle de espaços (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) – como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia (VESENTINI, 2013, p. 16).

E sobre a crise que esta subárea da geografia iria passar, Vesentini (2013) escreve que

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica ingressou numa *crise*, ou seja, numa fase de questionamentos e inclusive de esgotamento de seus pressupostos fundamentais. Primeiramente, até meados da década de 1970, ela viveu numa espécie de ostracismo, pois os vencedores a identificavam com os vencidos (o fascismo italiano, a política expansionista do Japão de antes da guerra e especialmente o nazismo alemão) e praticá-la ou mesmo escrever sobre ela (a não ser que fosse para

criticar veementemente) passou a ser algo não recomendável ou mesmo banido do mundo acadêmico e científico (VESENTINI, 2013, p. 25).

A respeito dessa crise da geopolítica e sua volta, em meados da década de 1970, o trecho do texto de Vesentini (2013), a seguir, nos esclarece que

A partir de meados da década de 1970, todavia, a geopolítica volta à ordem do dia, só que agora renovada: não mais ideias pragmáticas sobre o poder marítimo *versus* o poder terrestre, ou sobre a *heartland*, ou mesmo sobre as condições para um determinado Estado tornar-se potência mundial (algo que parece já “resolvido” naquele período das duas superpotências), e sim teorias a respeito do embate entre capitalismo e socialismo, da guerra fria e a sua lógica, das perspectivas de uma terceira guerra mundial (VESENTINI, 2013, p. 25).

O autor que retoma a discussão da geopolítica, segundo Visentini, é Yves Lacoste. Com produções sobre outras temáticas, o autor procura dar novo embasamento à subárea da geografia, como mostra o trecho a seguir.

Provavelmente o pontapé inicial nessa “retomada da geopolítica” foi dado por Yves Lacoste e seu grupo, reunido em torno da revista *Hérodote*, cujo primeiro número foi editado em 1976, mesmo ano do mencionado livro *A geografia – isso, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. O subtítulo da *Hérodote* passou a ser “Revista de geografia e de geopolítica” e logo ela se transformou no mais importante periódico geográfico acadêmico da França (pela tiragem trinta mil exemplares a cada número, que é trimestral) e acabou sendo clonada na Itália e na Espanha (VESENTINI, 2013, p. 25-26).

Para chegar a este ponto, a geopolítica passou por inúmeros acontecimentos, os quais foram muito importantes para a história mundial, pois influenciaram diretamente a análise e a produção da ciência. No caso da geopolítica, fez com que seu objeto de estudo mudasse, se ampliasse e fosse visto sob outra perspectiva. No seguinte recorte do texto de Vesentini (2013), há o relato de como isto ocorreu.

A bem verdade, foi sobretudo a conjuntura internacional dos anos 70 e 80 – e não apenas a iniciativa isolada de tal ou qual pessoa ou grupo – que impulsionou essa retomada dos estudos geopolíticos. Era uma época em que se pensava seriamente no holocausto nuclear, na terceira guerra mundial. A corrida armamentista atingia cifras astronômicas no período – os gastos mundiais com armamentos alcançavam por volta de oitocentos bilhões até um trilhão de dólares por ano nessas décadas. Logo, pensar a guerra (ou opor-se) tornou-se uma necessidade imperiosa para os movimentos sociais, as instituições de pesquisa e os intelectuais em geral. Naquele período não era possível refletir sobre o futuro da humanidade – ou mesmo sobre os ideais socialista, por exemplo – sem se defrontar com a questão da guerra. Além disso, passadas três décadas do final da Segunda Guerra Mundial, as feridas já estavam em grande parte cicatrizadas – ou seja, aquela geração que vivenciou a guerra e que tinha, com motivos pertinentes, sérios ressentimentos contra a *geopolitik* alemã, já não se encontrava mais em posição de mando na vida política ou no mundo acadêmico -, o que significa que, em meados dos anos 70, retomar a geopolítica não era mais algo considerado impróprio ou até perigoso, tal como tinha sido nos anos 50. E logo a seguir, com as mudanças radicais ocorridas entre 1989 a 1991 – a crise do “mundo socialista”, o final da União Soviética e as redefinições no mapa-múndi –, indagar a respeito da nova

ordem mundial – e, conseqüentemente, a respeito de quem vai dominar o século XXI, qual é ou quais são ou serão as novas grandes potências, como ocorre o exercício do poder no planeta etc. – impôs-se como um novo e importante objeto de pesquisas e reflexões (VESENTINI, 2013, p. 26).

Com esse recorte do texto de Vesentini (2013), vimos como foi o caminho percorrido por esta subárea da geografia, tanto a geopolítica quanto a geografia política, com tantos percalços e dificuldades para chegar a análises e produções dos tempos atuais, tema da próxima seção.

1.3. Geografia política na contemporaneidade

Discutiremos, agora, a geografia política contemporânea e seus novos desafios. Como vimos acima, a geografia política passou por inúmeros processos para chegar aos tempos atuais. Vimos também que a geopolítica é a subárea que trata das discussões dos países, ou seja, da relação política entre os países e os estados nacionais e suas políticas internas. Partindo dessa premissa, vamos analisar a geografia política nos tempos atuais.

Esta divisão entre geopolítica e geografia política não é bem resolvida. Há vários autores que a não utilizam ou simplesmente não a reconhecem. Para alguns, essa é uma questão de escala ou até mesmo de tempo de discussão: cada uma teve o seu e, agora, tudo se refere a uma mesma temática.

Sobre esta diferenciação, Vesentini (2001) escreve que

[...] a palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, como pensam alguns, mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de PODER já o diz (poder implica em dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da geografia. (Embora também seja por ela estudado sob uma perspectiva espacial). A geografia política, dessa forma, também se ocupa da geopolítica, embora seja uma ciência (ou melhor, uma modalidade da ciência geográfica) que estuda vários outros temas ou problemas (VESENTINI, 2001).

Em outra publicação, o autor fala da diferenciação entre a geografia política e a geopolítica.

A geografia e conseqüentemente a geografia política possui sim uma autonomia, mesmo que relativa. Existe portanto uma geografia política independente da geopolítica, e vice-versa, embora haja uma relação de imbricação profunda, de superposição parcial entre elas. O geógrafo, em especial o especialista em geografia política, tem na geopolítica uma de suas preocupações, uma de suas temáticas essenciais. Só que ele tem outras temáticas ou objetos (geografia eleitoral, por exemplo, ou mesmo a análise da política do corpo, algo comum nos dias de hoje na geografia anglo-saxônica) e ao mesmo tempo outros especialistas também

compartilham com ele essa preocupação em entender essa rica problemática designada geopolítica (VESENTINI, 2008).

Diferentes temáticas são abordadas pelos vários autores que discutem a geografia política nos tempos atuais. Dentre eles, o mais conhecidos é Claude Raffestin e sua análise sobre o poder e o território. Seu trabalho mais conhecido é o livro “*Geografia e Poder*” que trata justamente de como o poder se desenvolve no território. Vejamos um trecho do seu texto a seguir.

Uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes. Para nós, a expressão geografia do poder é bem mais adequada e nós a utilizaremos daqui para a frente. [...]Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar. (RAFFESTIN, 1993, p. 17-18).

Entre os geógrafos brasileiros que trabalham com a geografia política, os mais conhecidos já foram citados em partes anteriores deste trabalho. Eles trabalham com a categoria de análise geográfica *território*. Nesta subárea,, propõe-se a discussão de que o território é o subsídio perfeito, e que, juntamente com o estado, que é a divisão política de um território por parte de um governo e nação, concretiza os objetos de análise desta subárea da geografia. Os conflitos dentro desta divisão serão as temáticas a serem trabalhadas por cada autor, diferentemente de outrora, quando esta subárea era usada para justificar a expansão a todo custo do território por parte do estado.

Neste momento, apresentaremos algumas considerações dos autores nacionais sobre a discussão atual da geografia política. O autor Vesentini (2013) diz o seguinte sobre a discussão atual da geografia política:

A nova geografia política do mundo, segundo alguns, teria como base fundamental o chamado “sistema global”, ou sistema-mundo, que seria uma espécie de “ator” muito mais importante que os Estados nacionais ou mesmo que as associações internacionais tais como a União Europeia. São vários os adeptos dessa interpretação, que possui diferentes versões. O que há de comum entre elas é a crença no enfraquecimento do Estado-nação, que teria deixado de ser o ator privilegiado no cenário mundial – advindo daí a superação do conceito de grande potência -, sendo que a chave para se entender as relações de poder seria o sistema global. O alicerce desse sistema-mundo é o capitalismo, ou melhor, ele consiste basicamente na economia capitalista mundializada: daí a geopolítica – isto é, as disputas por poder no espaço mundial – ser considerada um corolário da competição e/ou dominação econômica (VESENTINI, 2013, p. 38).

Vesentini também coloca que, nos tempos atuais, a questão cultural é um fator muito importante e tem grande influência nas relações econômicas dentro desse contexto.

Wanderley Messias da Costa expõe suas ideias sobre a geografia política contemporânea da seguinte forma:

A geografia política, como se disse, beneficiou-se desse clima de mudanças. É sabido que estudos geográficos sobre fatos da política não possuem, entre os geógrafos, a importância dos estudos urbanos ou econômicos, por exemplo, que são, afinal, os preferidos do momento. Apesar disso, é inegável que a geografia abriu-se generosamente para a pesquisa e a reflexão sobre os fatos da política. É verdade que, em relação ao *Estado territorial*, ela sempre foi a grande especialista, e nos dias atuais (e mais do que nunca), é preciso ir além e dar conta, como observa Claval, das “complexas engrenagens” das relações de poder em sociedade contemporâneas. [...], muito do que se produz atualmente em ciências sociais caminha nessa direção, e com elas um amplo campo de pesquisas se abre para a geografia no que tange aos problemas políticos contemporâneos. (COSTA, 2013, p.254).

Nesse trecho, Costa expõe suas considerações sobre a geografia contemporânea. Ele também coloca, em outro trecho, que a abordagem da geografia política em relação ao estado tem sido feita com certa ausência de reflexão e pouco debate, o que tem causado um certo prejuízo à construção do conhecimento desta área da geografia.

Outra autora que escreve sobre geografia política no Brasil é Iná Elias de Castro, e suas considerações sobre a geografia política contemporânea são as seguintes:

Tomando a escala dos fenômenos políticos como problema, ao contrário da geografia política clássica, surgida nos marcos da escala territorial dos Estados nacionais e nas disputas entre eles, nas últimas décadas do século XX a disciplina precisou responder aos desafios dos fenômenos em escala múltiplas. Nesse período, a escala dos fenômenos da globalização impôs-se a todas as reflexões na maioria dos campos das ciências sociais, tanto pela novidade neles contida e pelo leque de questões colocadas às outras escalas como pela opção de uma abordagem conceitual fundamentada em modelos explicativos abrangentes na maioria dos estudos. No caso da geografia política, a busca de uma perspectiva nomotética*, há muito esgotada nos falseamentos do determinismo naturalista, levou-a ao encontro das teorizações dos movimentos sistêmicos da reprodução ampliada do capital no comando da globalização, como já indicado. (CASTRO, 2011, p. 80-81).

Estas são as considerações da autora Iná Elias de Castro sobre a geografia política contemporânea, e, assim, se encerra esta parte do trabalho sobre a abordagem da geografia política contemporânea.

1.4. As abordagens da geografia política nos estudos eleitorais (geografia eleitoral)

Nesta seção, abordaremos a temática da geografia eleitoral, subárea que tem pouca visibilidade na produção científica nacional. Ela surgiu com o geógrafo A. Siegfried, por volta de 1913, na França. Doraci Elias, em sua dissertação de mestrado, expõe um pouco deste início.

Na história do pensamento geográfico, a Geografia Eleitoral tem como um de seus pioneiros o geógrafo A. Siegfried, da escola francesa de geografia. A. Siegfried publica, em 1913, seus estudos sobre a França Ocidental e a Terceira República, considerado um clássico da Geografia Eleitoral (P.J.Taylor, 1994,p.216). Sua preocupação era a de comparar e explicar os distintos resultados eleitorais, utilizando-se de cartografia temática tanto para fatores explicativos quanto para os resultados eleitorais. Em 1918, C. Sauer teve, também, importante contribuição para a fundação da geografia eleitoral, criando a escola americana de Geografia Eleitoral (P.J.Taylor, 1994, p.216). Nessa época, contribuiu para o para o debate norte-americano sobre como definir os distritos para as eleições ao Congresso, sugerindo uma representação por regiões geográficas. (DORACI, 2006, p. 16).

A autora que aborda a geografia eleitoral, Iná Elias de Castro, norteará outras partes deste trabalho. No trecho a seguir a autora fala sobre esta subárea da geografia.

Uma perspectiva da geografia é importante para compreender, de um lado, como os interesses no território resultam em estratégias para obtenção de respostas favoráveis do sistema representativo; por outro, identificar os modos pelos quais a organização do espaço pode afetar a decisão do eleitor. O voto pode então ser explicado também pelo espaço. A tradição da geografia eleitoral busca justamente esta compreensão (CASTRO, 2011, p. 139-140).

Aleksei Zolnerkevic e Jorge da Graça Raffo (2013) definem em cinco itens a ligação das eleições com o espaço, que são os seguintes.

- A organização espacial das eleições, especialmente a definição de distritos eleitorais;
- A variação espacial dos padrões de votação em relação à variação das características da população;
- A influência de fatores regionais em atitudes e decisões de votação;
- Padrões espaciais de representação política que resultam na tradução de votos em cadeiras em um corpo representativo;
- E as variações espaciais no nível de poder e a implementação de políticas que refletirão nos padrões de representação. (p. 222).

Assim, propomos para os próximos capítulos a análise a partir desta complementação, que é a relação entre o espaço, a política e as eleições. Afinal, antes de tudo, este trabalho é geográfico e isto, nada mais é, que as ações humanas. Então, primeiramente, temos a preocupação de construir um trabalho de geografia e não de ciência política, pois as relações estatais ocorrem em determinado local e pode ter consequência em outro. Também não podemos esquecer, como fazem alguns cientistas políticos, que o espaço não é mera superfície e que exerce influência em decisões políticas e nas ações sociais.

E, como Castro diz em seu texto, “O voto pode então ser explicado também pelo espaço” (CASTRO, 2011, p. 140). A autora também escreve sobre a contribuição da geografia eleitoral para a compreensão das influências espaciais sobre o voto.

A geografia eleitoral contribui, em particular, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições. Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições

podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc. (CASTRO, 2011, p. 159).

Castro (2011) nos mostra a importância da cartografia eleitoral, que é indispensável na análise política feita com critérios espaciais e humanos.

Deve ser acrescentado que estes efeitos espaciais sobre o voto são evidenciados através da cartografia, recurso fundamental da geografia eleitoral. Neste sentido, a geografia contribui fortemente com sua competência para a elaboração e a análise dos mapas de distribuição espacial dos votos, que só pode ser compreendida quando correlacionada com outras variáveis, como indicadores sócio-econômicos, educacionais, étnicos, etários etc. O conhecimento geográfico do território e da sociedade constitui portanto um recurso necessário para a compressão, ou mesmo para a previsão, dos resultados eleitorais. (CASTRO, 2011, p. 162).

Esta é a temática principal deste trabalho. A geografia eleitoral tem uma grande importância para se compreender tanto o cenário político nacional quanto suas partes internas, e é nossa intenção compreender e explicar a unidade federativa do estado do Tocantins, tanto na sua propriedade política quanto eleitoral. Com isso, encerramos esta parte do trabalho para dar prosseguimento aos outros capítulos.

CAPÍTULO II

A GEOGRAFIA POLÍTICA NO ESTADO DO TOCANTINS

A preocupação desta pesquisa foi a de construir um debate em torno da problemática que estabelece uma intrínseca relação entre geografia e voto no Estado do Tocantins. Partiu-se do pressuposto de que, conforme Juwer (2013), “[...] alguns comportamentos eleitorais, onde a problemática territorial parece influir nos votos dos moradores de uma determinada área, apresentam aspectos interessantes [...] para ser estudado pela Geografia” (p. 01). Além disso, segundo Toledo Junior (2007, p. 173), “o estudo da diferenciação geográfica dos votos é um importante elemento, não somente para se conhecer as diferenciações socioespaciais, mas também para o entendimento das diferentes correlações de poder nas diversas partes do país”.

É difícil estabelecer uma relação entre geografia e voto sem problematizar o espaço político, mesmo conscientes da lacuna deste debate na geografia onde este “[...] ainda não se colocou explicitamente como problema para a maioria dos geógrafos, embora faça parte do léxico da ciência política” (CASTRO, 2012, p. 43). Partiu-se, então, do entendimento de que os fatos políticos possuem uma dimensão espacial que carecem de análise e debate na ciência geográfica, sendo a relação geografia e voto uma das possibilidades em que essas análises se apresentam, pois “[...] tanto a organização do sistema representativo [...] como os acordos e conflitos resultam das disputas entre interesses dominantes e organizados no território” que se materializam nos resultados eleitorais (CASTRO, 2005, p. 140).

Assim, a análise da relação entre geografia e voto nos permite “(...) incorporar o espaço como variável explicativa necessária à compreensão das escolhas dos sistemas eleitorais e dos seus resultados: opções dos eleitores e composição da representação” (CASTRO, 2005, p. 144). Além disso, segundo Toledo Junior (2007, p. 173) “uma interpretação geográfica permite, por exemplo, entender as elites locais e suas estratégias de manutenção de poder (...) ou ainda de como, em determinados momentos, estas mesmas elites podem ter seu poder diminuído”. Dessa forma, compreendemos que a importância da geografia eleitoral está em analisar os dados eleitorais e fazer uma relação com o espaço. Em Castro (2011, p. 140) a geografia eleitoral propõe “identificar os modos pelos quais a organização do espaço pode afetar a decisão do eleitor. O voto pode então ser explicado também pelo espaço”.

A primeira parte do capítulo apresenta o espaço político das eleições para governador de 1998 a 2014 e, em seguida, dos prefeitos de 1996 a 2012. Isto para desenvolver uma análise sobre a distribuição espacial dos votos para o poder executivo estadual (governador) e o poder executivo municipal (prefeito) desta unidade da federação. Para tanto, ao longo desta pesquisa, nos dedicamos às leituras bibliográficas pertinentes ao referido tema e a coletar e cartografar os resultados eleitorais dos pleitos eleitorais disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral-Tocantins (TRE/TO).

2.1. O espaço político-eleitoral do Tocantins – eleições para governador

Nessa parte do capítulo utilizaremos um artigo com os dados das eleições para governador de 1998 a 2010. O estado do Tocantins foi criado em 1988, e instalado em 1989, a partir do desmembramento do território do estado de Goiás e da sua primeira eleição tanto para governador quanto para senador, deputado estadual e deputado federal. A primeira eleição do estado ocorreu em 1988 e o mandato foi de 1989 a 1991, apenas dois anos, pois deveria se igualar às eleições nacionais. A segunda se deu da seguinte forma:

A segunda eleição direta para governador do estado do Tocantins ocorreu em 03 de outubro de 1990 e o candidato eleito foi Moisés Nogueira Avelino, do PMDB, com 175.166 votos (TSE, 2014b), para um universo de 498.963 eleitores (TRE-TO, 2014) e uma população, aproximada, de 920 mil habitantes (IBGE, 1991) no estado do Tocantins. Neste pleito, o senador Moisés Abrãao Neto (PDC), apoiado por Siqueira Campos, foi derrotado. O mandato de Moisés Nogueira Avelino iniciou em 15 de março de 1991 e se estendeu até 31 de dezembro de 1994 (RODRIGUES, 2014, p. 126).

Ainda segundo Rodrigues (2014), a terceira eleição

direta para governador do estado do Tocantins ocorreu em 03 de outubro de 1994. Este pleito eleitoral teve a participação de 04 (quatro) candidatos e resultou na eleição de Siqueira Campos (PPR), com 202.575 votos, correspondente a 58,73% dos votos válidos (TSE, 2014c). O mandato se iniciou em 01 de janeiro de 1995 e Siqueira Campos manteve-se no poder executivo estadual até 04 de abril de 1998, quando renunciou ao mandato para concorrer à reeleição, no pleito eleitoral de 1998 (RODRIGUES, 2014, p. 126).

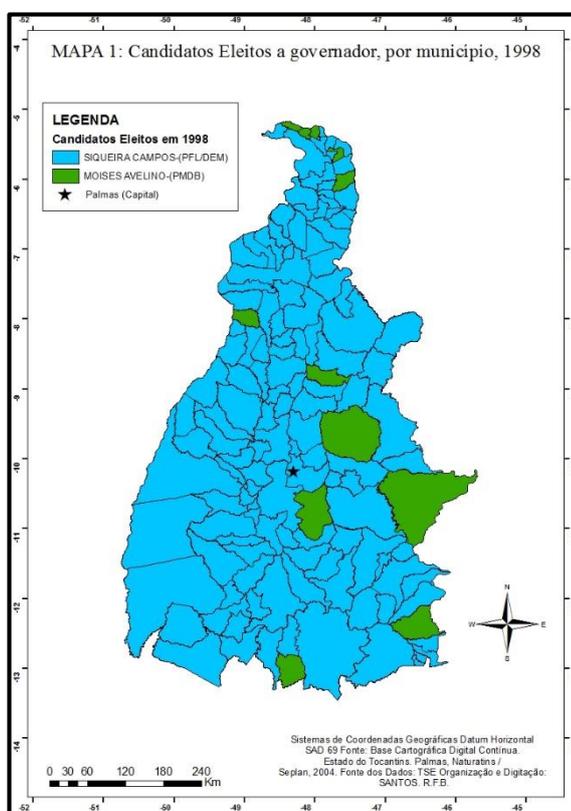
A seguir, apresentamos os números das eleições, suas representações cartográficas e a análise das mesmas, seguindo a seguinte ordem cronológica: 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

2.1.1. Eleição de 1998

A quarta eleição tem Siqueira Campos como candidato eleito, e, através de sua influência conquista a maioria dos votos no estado. Isso pode ser visto através dos números e da representação cartográfica apresentados a seguir.

A quarta eleição direta para governador do estado do Tocantins ocorreu em 04 de outubro de 1998. Neste pleito, houve 04 (quatro) candidatos ao executivo estadual. Siqueira Campos (PFL) foi eleito novamente governador com a obtenção de 245.434 votos, ou 61,63% dos votos válidos (TSE,2014d). Seu principal adversário foi Moisés Nogueira Avelino (PMDB), ex-governador, que obteve 132.060 votos, ou 33,17% dos votos válidos (RODRIGUES, 2014, p.127).

MAPA 1: Candidatos eleitos a governador, por município (1998)



Fonte: TSE

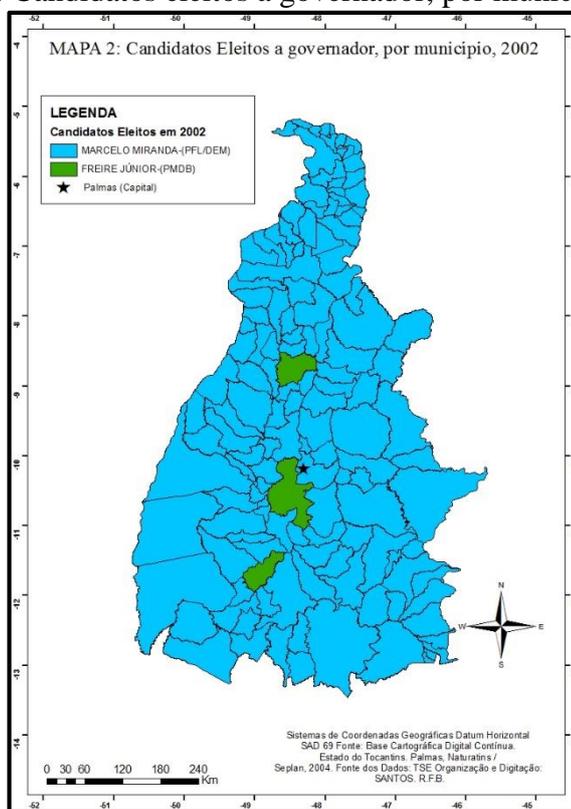
2.1.2. Eleição de 2002

Na quinta eleição, Siqueira Campos apoia um novo sucessor, Marcelo Miranda. Com esse apoio, o então candidato consegue ser eleito. A seguir, apresentamos os números desta eleição.

A quinta eleição direta para governador do estado do Tocantins ocorreu em 06 de outubro de 2002. Nela, concorreram ao cargo de governador 05 (cinco) candidatos. O

candidato eleito foi Marcelo Miranda (PFL¹), do mesmo partido que o governador na época, Siqueira Campos, o qual apoiou seu correligionário neste pleito. Marcelo Miranda foi eleito com 333.332 votos, ou 60,60% dos votos válidos. Seu principal adversário, José dos Santos Freire Júnior (PMDB), obteve 185.584 votos, ou 33,74% dos votos válidos (TSE, 2014e) (RODRIGUES, 2014, p. 129).

MAPA 2: Candidatos eleitos a governador, por município (2002)



Fonte: TSE

A análise que se faz desta eleição, é que Siqueira Campos tinha muito poder político no sentido de sua representação eleitoral, pois conseguiu eleger Marcelo Miranda com grande número de eleitores, como pode ser observado na representação cartográfica, devido ao fato de ter conquistado a grande maioria dos municípios tocaninenses.

2.1.3. Eleição de 2006

Na sexta eleição, ocorreu um feito interessante: Marcelo Miranda, que era apoiado por Siqueira Campos na eleição anterior, se torna seu opositor na eleição de 2006 e acaba sendo eleito com a maioria dos votos, derrotando assim seu apoiador eleitoral. A seguir a análise de Rodrigues (2014) sobre essa eleição seguida da representação cartográfica.

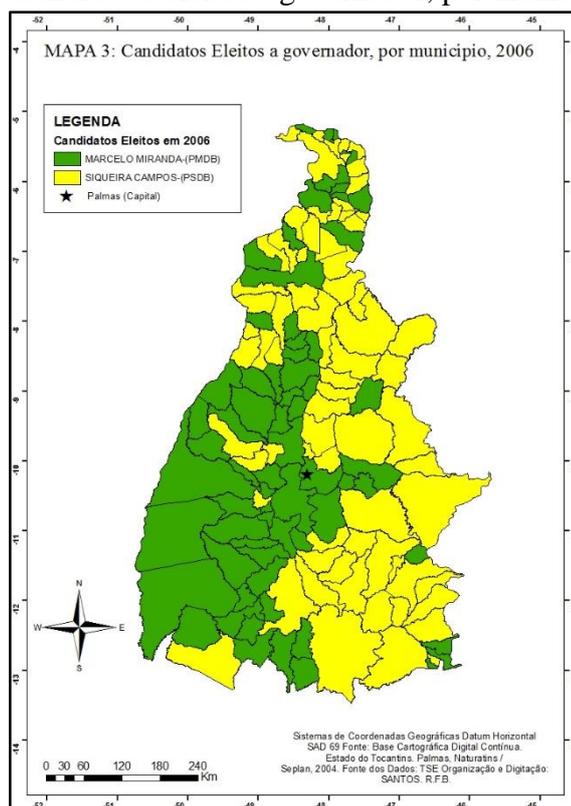
¹ Dissidentes do PDS, mudou de nome para Democratas (DEM) no ano de 2007.

Nos resultados da eleição, Marcelo Miranda (PMDB) elegeu-se com 340.824 votos, ou 51,48% dos votos válidos. Siqueira Campos (PSDB) alcançou 310.068 votos, ou 46,84% dos votos válidos. Os outros candidatos alcançaram, somados, 1,67% dos votos válidos (TSE, 2014f). Ou seja, foi uma eleição polarizada entre Siqueira Campos e Marcelo Miranda, este último eleito com o discurso de provocar uma modernização política, administrativa e econômica para o estado do Tocantins (RODRIGUES, 2014, p. 132).

Rodrigues (2014) nos fala ainda sobre se, com a troca dos respectivos representantes do governo, há ou não mudanças no modo de administrar:

Entretanto, esta ruptura não significa, necessariamente, uma mudança expressiva nos rumos da política tocantinense. Isto porque, “(...) o fato de haver troca por partido do mesmo espectro ideológico não significa que haja mudanças expressivas, mas, sim, continuidade” (AVELAR; WALTER, 2008, p. 04). Partimos do pressuposto de que tanto o PMDB³ como o PSDB⁴ estão classificados como partidos de centro (AVELAR; WALTER, 2008, p. 10; TOLEDO JÚNIOR, 2007, p. 176), e de que esta constatação implica na manutenção deste espectro ideológico (RODRIGUES, 2014, p. 132).

MAPA 3: Candidatos eleitos a governador, por município (2006)



Fonte: TSE

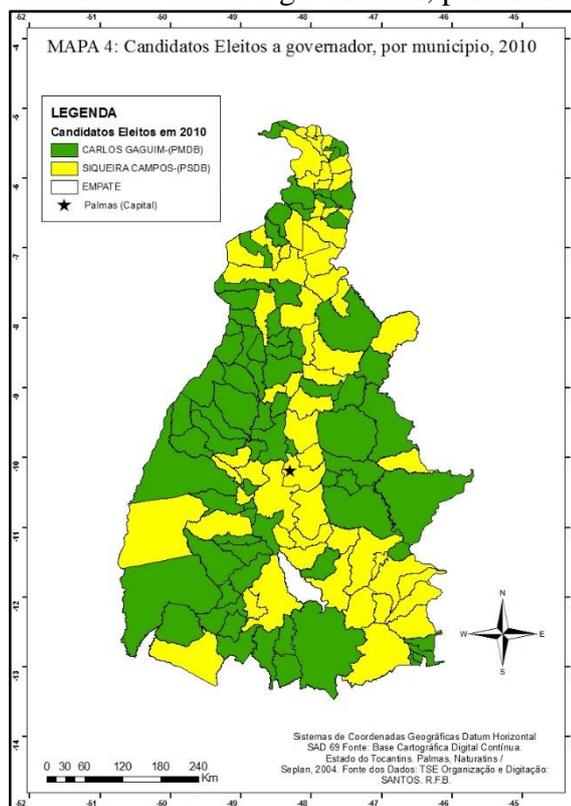
Através da representação cartográfica, vimos que a eleição foi bem equilibrada e polarizada, o que significa que Siqueira Campos perde visibilidade política eleitoral, pois não consegue se eleger, mas, por outro lado, Marcelo Miranda não consegue terminar o mandato e é casado pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Na eleição seguinte, não concorre ao cargo de governador, mas ao de senador.

2.1.4. Eleição de 2010

A eleição de 2010 nos mostra Siqueira Campos PSDB volta a ganhar uma eleição agora concorrendo com Carlos Henrique Amorim (Gaguim) PMDB, neste pleito o candidato do PMDB não tem tanta visibilidade política quanto Siqueira Campos, mas consegue números bem expressivos frente o candidato eleito.

A sétima eleição direta para governador do estado do Tocantins ocorreu em 03 de outubro de 2010. Este pleito foi realizado com apenas dois candidatos concorrendo ao poder executivo estadual, polarizando a disputa entre Siqueira Campos (PSDB) e Carlos Henrique Amorim (PMDB). Novamente Siqueira Campos, que havia perdido a eleição de 2006 para Marcelo Miranda, volta a concorrer ao governo do estado, mas desta vez com a vitória nas urnas por uma diferença de 7.163 votos: o candidato tucano obteve 349.592 votos válidos contra 342.429 votos a favor de Carlos Henrique Amorim (TSE, 2014g) (RODRIGUES, 2014, p.132).

MAPA 4: Candidatos eleitos a governador, por município (2010)



Fonte: TSE

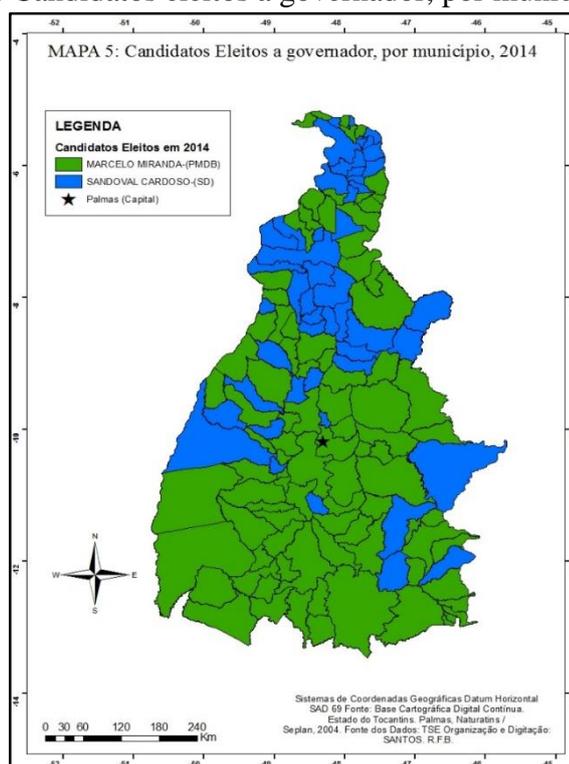
Esta eleição se deu de forma equilibrada. O PSDB venceu em 62 (sessenta e dois) municípios, enquanto o PMDB venceu em 76 (setenta e seis) municípios, revelando que, nesta eleição, entre Siqueira Campos e Carlos Henrique Amorim, a representação eleitoral do segundo foi maior que a do primeiro, mas isso não significa que ele exerça uma hegemonia política-eleitoral no estado.

2.1.5. Eleição de 2014

O candidato eleito nesta eleição foi Marcelo Miranda, do PMDB. O candidato aliado a Siqueira Campos, Sandoval Cardoso (SD), foi derrotado, mostrando, assim, que Marcelo Miranda adquiriu certa representatividade política no estado, diminuindo a de Siqueira Campos.

Algo a se ressaltar é uma divisão no mapa eleitoral de 2014, também já observado em outros mapas eleitorais. Observa-se que os votos ficaram polarizados em duas regiões do estado, de um lado, no centro sul e com maior número de municípios o candidato Marcelo Miranda, e, de outro lado, no centro norte, o candidato com menor número de municípios, Sandoval Cardoso. Isso nos mostra que, em relação ao mapa eleitoral de 2006, o poder de atuação Marcelo Miranda mudou ao longo destas eleições, o que outrora se dava do lado centro-oeste do rio Tocantins agora se dá no centro sul do estado, tendo assim uma mudança na atuação de poder nas eleições.

MAPA 5: Candidatos eleitos a governador, por município (2014)



Fonte: TSE

Nesta eleição, Marcelo Miranda (PMDB) conquista 91 municípios contra 48 municípios de Sandoval Cardoso (Solidariedade –SD), isso nos mostra que Marcelo Miranda adquiriu grande representatividade político-partidária no estado ao longo destes anos e seu discurso de modernidade ganhou visibilidade eleitoral. Os números e a representação cartográfica desta eleição confirmam isso.

Rodrigues (2014) apresenta sua consideração:

Em 26 anos de emancipação, o estado do Tocantins está em seu 12º governador (2014), média de 01 (um) governador a cada 2,16 anos. Apenas 03 (três) governadores cumpriram seus mandatos na íntegra: Siqueira Campos (dois mandatos: 1989-1991; 1999-2002); Moisés Nogueira Avelino (um mandato: 1991-1994); e Marcelo Miranda (um mandato: 2003-2006). Isto representa, entre outras interpretações, um quadro de instabilidade política que impacta diretamente sobre a administração pública estadual, em virtude das constantes interrupções de mandatos que não asseguram, necessariamente, a continuidade de ações e projetos iniciados em governos anteriores e que beneficiem a população em seus mais amplos aspectos, como infraestrutura, saúde, educação, segurança, dentre outros (RODRIGUES, 2014, p. 139).

A seguir, analisaremos a política eleitoral tocantinense no âmbito do poder executivo municipal dos 139 municípios, nas eleições de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012.

2.2. O espaço político-eleitoral do Tocantins – eleições para prefeito

A análise dos resultados eleitorais para o pleito municipal dos 139 municípios tocantinenses de 1996 a 2012, revela que o “espaço político” (CASTRO, 2012) regional é dinâmico e ampliou, em cada pleito analisado, a participação partidária no controle dos municípios tocantinenses. O controle municipal é de grande importância para a representatividade desses grupos políticos por se tratar de um ente federativo com orçamento próprio, autonomia administrativa e ser a escala de administração pública mais próxima do eleitor.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reformou o “pacto federativo” no país e criou 3 (três) entes federativos autônomos entre si que compartilham a soberania nacional: União, Estados (e Distrito Federal) e Municípios. Parte desta reforma do pacto federativo atribui-se à autonomia dada aos municípios. De acordo com Tomio (2005, p. 104), “[...] a Constituição de 1988 atribuiu uma autonomia plena aos municípios, elevando-os ao status de ente federativo, com prerrogativas invioláveis por qualquer nível mais abrangente de governo”.

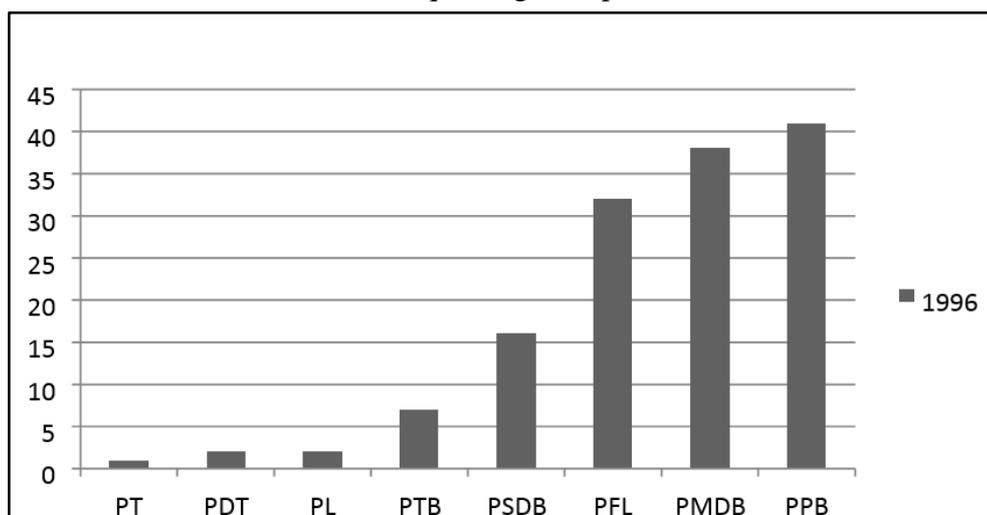
Daí a importância de se obter o controle desses municípios como ocupação de um espaço político estratégico para fins de criar um espaço de visibilidade ao partido agregando representatividade que possa colaborar com a expansão do controle partidário sobre outros municípios, ou mesmo sobre o governo estadual. O controle do espaço político municipal, portanto, é estratégico aos grupos que pretendem se consolidar no poder político estadual. Estamos compreendendo partido político, de acordo com Silva (2005), como “[...] uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe a organizar, coordenar e instrumentar a

vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo” (p. 394). Esta definição permite identificar a importância do controle e da representatividade partidária na escala de poder dos municípios, entendendo a escala municipal como

significativa do fazer político no espaço e oferece um vasto campo para a geografia política contemporânea que vai desde a visibilidade de um espaço político de ação das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que impactam o território e a vida do cidadão (CASTRO, 2011, p. 134).

No que diz respeito à participação de partidos políticos nos pleitos eleitorais de 1996 a 2012 nos municípios tocantinenses, observa-se que, de acordo com dados coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ela tem se ampliado. Em 1996, 08 (oito) partidos políticos dividiram entre si o controle de 139 prefeituras municipais, sendo o PPB o partido que elegeu o maior número de prefeitos, 41 no total, conforme a gráfico 1, abaixo.

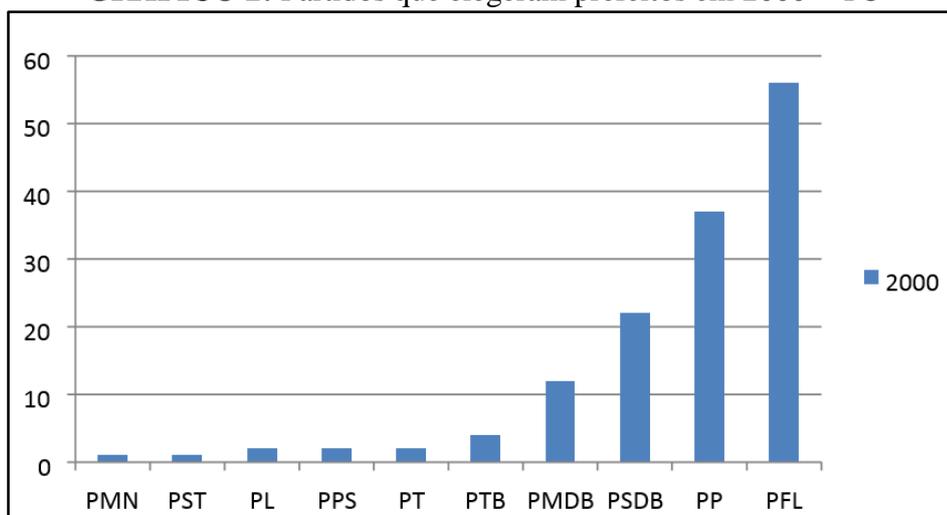
GRÁFICO 1: Partidos que elegeram prefeitos em 1996 -TO



Fonte: TSE. (Org. SANTOS, R. F. B.)

No pleito eleitoral de 2000, a participação partidária nos resultados eleitorais para prefeitos no estado do Tocantins ampliou-se e 10 (dez) partidos políticos elegeram prefeitos tocantinenses, sendo o de maior número o PFL (atual DEM), com a eleição de 56 prefeitos neste pleito eleitoral, conforme gráfico 2, abaixo.

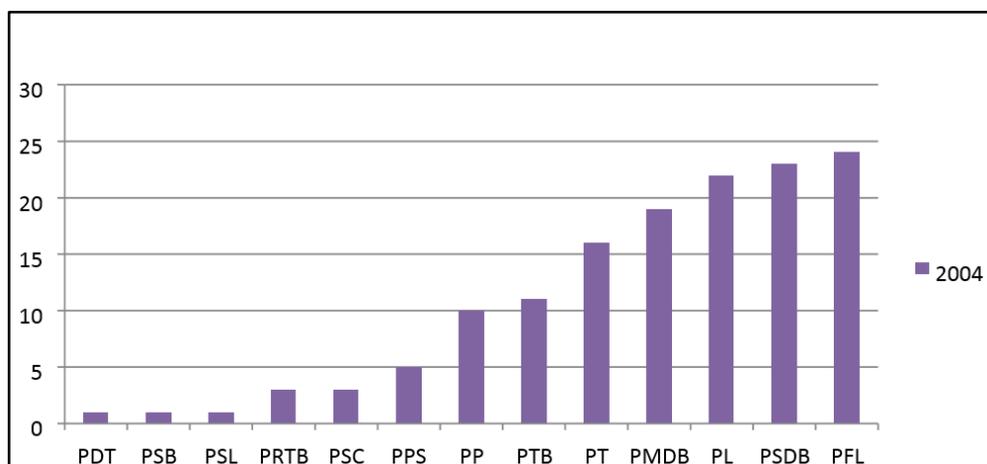
GRÁFICO 2: Partidos que elegeram prefeitos em 2000 – TO



Fonte: TSE. (Org. SANTOS, R. F. B.)

No pleito eleitoral de 2004, constata-se que a participação político-partidária no pleito municipal ampliou-se para 13 (treze) partidos políticos. Ou seja, os 139 prefeitos eleitos em 2004 foram divididos entre 13 partidos políticos diferentes, sendo o PFL (atual DEM) o partido que mais elegeu prefeitos (24) seguido de perto pelo PSDB (23), conforme gráfico 3, abaixo.

GRÁFICO 3: Partidos que elegeram prefeitos em 2004 – TO

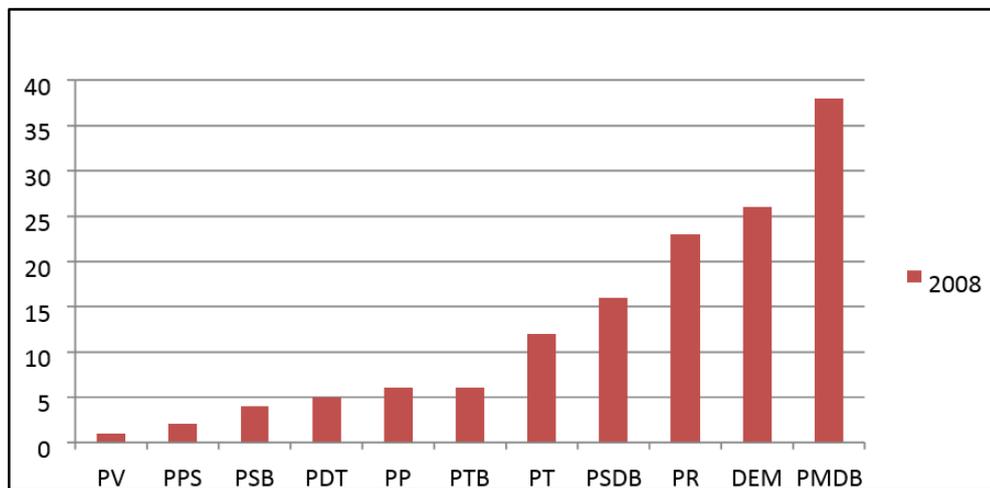


Fonte: TSE. (Org. SANTOS, R. F. B.)

No pleito eleitoral de 2008 houve, conforme dados coletados no TSE, uma diminuição no número de partidos que elegeram prefeitos no estado do Tocantins. De acordo com o levantamento, 11 (onze) partidos elegeram prefeitos nos municípios tocantinenses. Além disso, houve uma inversão no grupo político com maior representatividade política nos municípios: se o PFL (atual DEM) foi o partido que mais elegeu prefeitos nos pleitos de 2000 e 2004, em

2008 este posto foi ocupado pelo PMDB, com a eleição de 38 prefeitos contra 26 do DEM (ex-PFL), conforme apresenta o gráfico 4, abaixo.

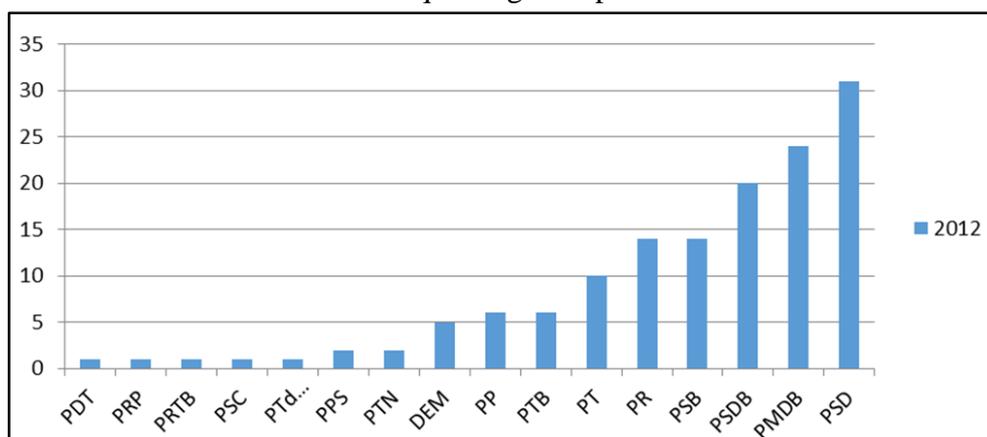
GRÁFICO 4: Partidos que elegeram prefeitos em 2008 - TO



Fonte: TSE. (Org. SANTOS, R. F. B.)

No pleito eleitoral de 2012, a participação político-partidária na eleição de prefeitos no estado do Tocantins sofreu um impacto inédito até aquele pleito: 16 (dezesesseis) partidos políticos elegeram prefeitos naquela eleição, ampliando significativamente o número de agremiações políticas com representantes municipais. Além disso, outra mudança significativa neste pleito eleitoral foi a geografia dos partidos eleitorais tocantinenses: o PSD, partido criado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, em 2011, elegeu 31 prefeitos em sua primeira participação em pleito eleitoral; o segundo partido que mais elegeu prefeitos em 2012 foi o PMDB, com 24 prefeitos eleitos. Já o DEM (ex-PFL), que sempre elegeu grande número de prefeitos no estado do Tocantins em pleitos anteriores, conseguiu eleger, em 2012, apenas 05 prefeitos, uma redução significativa de seu espaço político. O gráfico 5, abaixo, detalha os dados daquele pleito eleitoral.

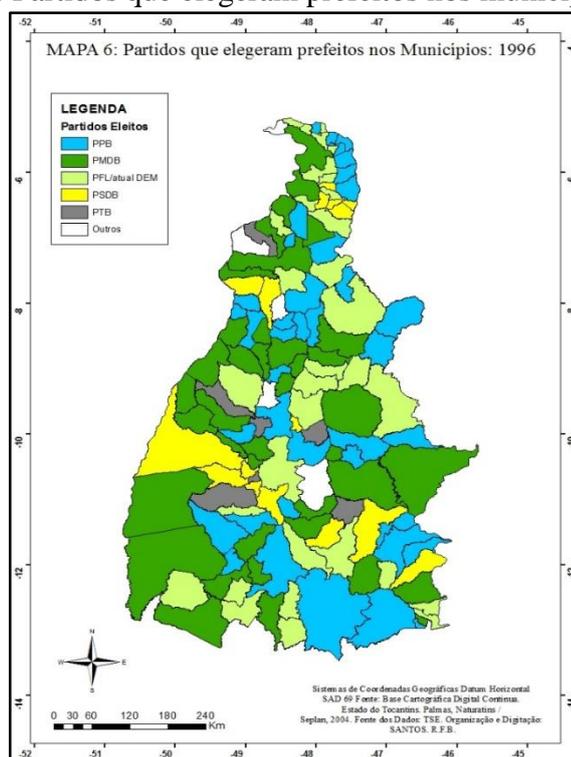
GRÁFICO 5: Partidos que elegeram prefeitos em 2012 – TO



Fonte: TSE. (Org. SANTOS, R. F. B.)

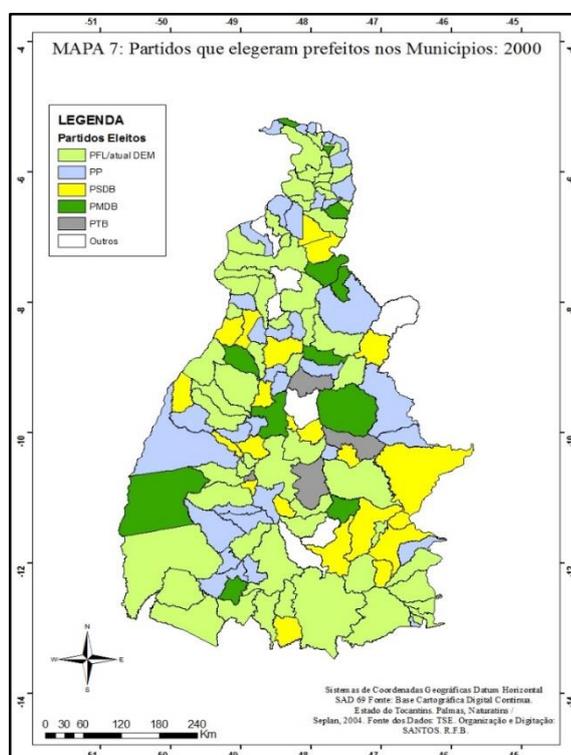
A partir da coleta e tabulação dos dados eleitorais municipais dos pleitos de 1996 a 2012 foi possível elaborar representações cartográficas que indicassem os espaços políticos (CASTRO, 2012) dos partidos políticos pelo território tocantinense e identificassem seus espaços de domínio, controle e exercício do poder político, tomando esse como necessário para constituir visibilidade aos partidos junto a população local, algo essencial no jogo de forças para alcançar resultados eleitorais mais expressivos, como participação em pleitos eleitorais para governador de estado. Nos mapas de 06 a 10 apresentados a seguir, ficam claros os espaços políticos ocupados pelos partidos políticos, demonstrando o quanto a relação voto e território nos auxilia na compreensão dos espaços ocupados pelas agremiações partidárias.

MAPA 6: Partidos que elegeram prefeitos nos municípios (1996)



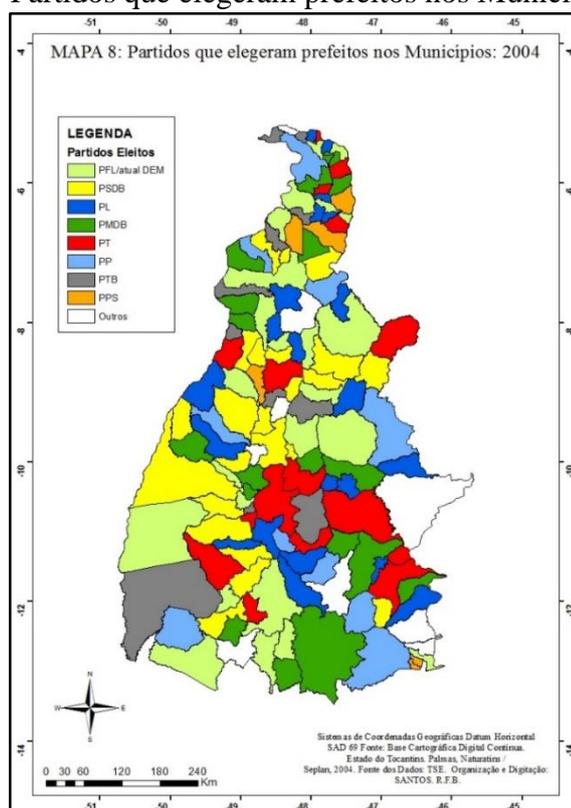
Fonte: TSE

MAPA 7: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios (2000)



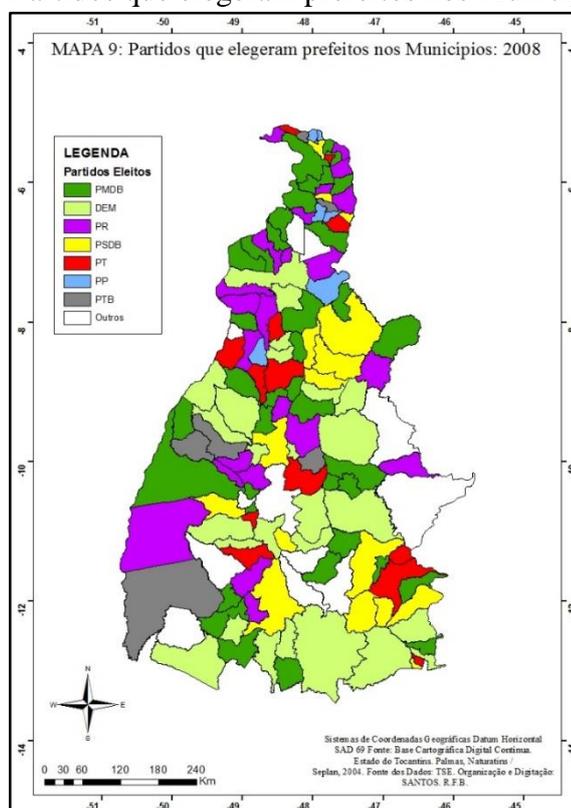
Fonte: TSE

MAPA 8: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios (2004)



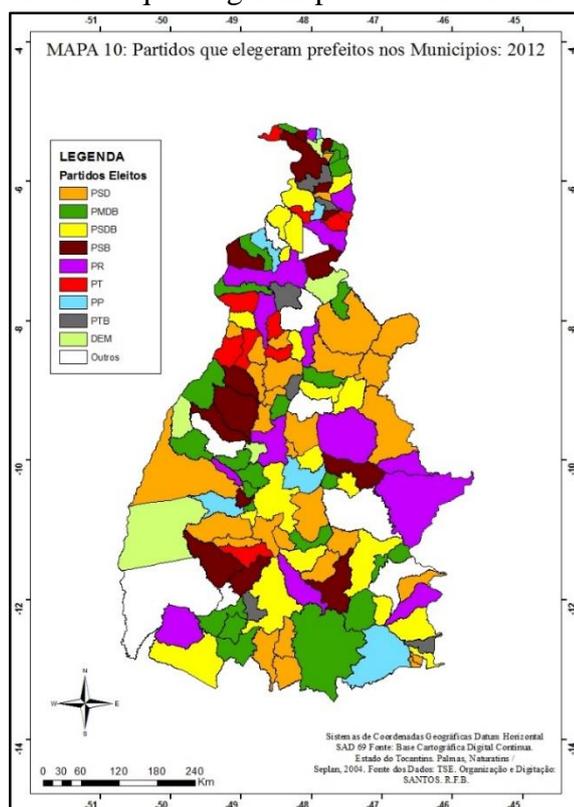
Fonte: TSE

MAPA 9: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios (2008)



Fonte: TSE

MAPA10: Partidos que elegeram prefeitos nos Municípios: 2012



Fonte: TSE

Esses mapas auxiliam a compreender melhor, visualmente, a espacialidade dos partidos políticos sobre o território tocantinense, revelando os espaços políticos ocupados por cada legenda partidária, denunciando as geografias políticas dos partidos bem como apresentando as opções políticas dos eleitores tocantinenses em cada pleito eleitoral. Opções essas que se alteram a cada eleição, mostrando que não há escolhas padronizadas e consolidadas.

A partir de uma análise dos dados eleitorais e das teorias sobre geografia política e geografia eleitoral, constata-se um fenômeno interessante do ponto de vista da geografia eleitoral e da representação política nas eleições municipais no estado do Tocantins: se nos pleitos eleitorais de 1996 e 2000 havia uma polaridade em torno de PFL (DEM) e PMDB (eleição de 1996) e PFL (DEM) e PSDB (eleição de 2000), a partir do pleito eleitoral de 2004, a participação partidária no estado do Tocantins se ampliou com uma maior participação de partidos políticos elegendo seus representantes nos pleitos municipais.

Outra constatação que se pode apontar, de acordo com os dados coletados e com as análises teóricas que realizamos, é que os partidos que mais elegeram prefeitos e que, portanto, constituíram espaços políticos significativos no estado do Tocantins são de centro (como

PMDB e PSDB) e de direita (como o PFL/DEM). Partidos classificados de tendência esquerda, como o PT e o PSB, por exemplo, possuem pouca representatividade no espaço político regional por eleger poucos prefeitos. O espaço político do PT começou a se ampliar após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002, 2006), que agregou maior visibilidade ao partido. Já o PSB obteve pouca representatividade elegendo poucos prefeitos: nos pleitos de 1996 e 2000 o partido não elegeu nenhum representante.

Entretanto, cabe aqui uma ressalva verificada em outros estudos quanto ao PT (AVELAR e WALTER, 2008): embora o PT tenha ocupado poucos espaços no interior do país, ele se destaca na eleição de prefeituras em grandes cidades e capitais. Isto ocorreu também no estado do Tocantins: de pouca expressão no interior do estado, o PT conquistou a capital do Tocantins, Palmas, por dois mandatos consecutivos (2004; 2008) com a eleição e reeleição de Raul Filho.

Dessa forma, conforme dito anteriormente, a análise dos resultados eleitorais para o pleito municipal dos 139 municípios tocantinenses de 1996 a 2012, revela-nos que o “espaço político” regional é dinâmico e ampliou, em cada pleito analisado, a participação partidária no controle dos municípios tocantinenses. O controle deste ente de unidade da federação (município) é de grande importância para a representatividade desses grupos políticos por se tratar de um ente federativo com orçamento próprio e autonomia administrativa, além de ser um capital político importante para alianças e coligações que tenham como intenção, por exemplo, compor com eleições para governador.

Ou seja, em geografia política, as articulações começam nos municípios. Além disso, não se deve perder a dimensão do território nas disputas eleitorais pois, conforme nos lembra Castro (2011, p. 11) “nos sistemas de representação política [...] a disputa política revela os interesses [...] enraizados nos territórios onde os atores sociais habitam, trabalham, produzem riquezas e lutam para se apropriar de parte dela”.

CAPÍTULO III

AS RELAÇÕES ENTRE PODERES: A INFLUÊNCIA DOS PLEITOS PARA GOVERNADOR EM PLEITOS PARA PREFEITO

No capítulo anterior, elaboramos um conjunto de mapeamento a partir dos dados eleitorais das eleições municipais dos 139 municípios tocaninenses nos pleitos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012 no qual foi possível cartografar, analisar e discutir as formas espaciais da política partidária regional. O recorte temporal das eleições para prefeito selecionado para análise, se justificou pelo fato destes dados estarem disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não estando acessíveis os dados referentes às eleições municipais anteriores ao pleito de 1996.

Por meio da pesquisa, coletamos, tabulamos e cartografamos os resultados das eleições municipais nos pleitos citados acima e identificamos o partido político que ganhou as eleições em cada município nas últimas cinco eleições municipais. Nestas análises, identificamos uma ampla participação político-partidária nos pleitos eleitorais municipais, nos quais houve um do número de partidos políticos concorrendo às eleições para prefeito.

Neste capítulo, nos colocamos um outro desafio: comparar os resultados eleitorais para governadores (1994 a 2014) com os resultados eleitorais para prefeitos (1996 a 2012) a fim de identificarmos possíveis influências de um pleito sobre outro, sobretudo no que se refere à filiação partidária dos candidatos para interpretar melhor o espaço político tocaninense. Os resultados estão apresentados logo a seguir.

A partir da coleta de dados referentes aos resultados eleitorais das eleições para governador e prefeito no estado do Tocantins no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/TO), foi possível elaborar a tabela abaixo, na qual apresentamos, descrevemos e analisamos:

QUADRO 1: Influência das eleições para governador nas eleições para prefeitos no estado do Tocantins

ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR		ELEIÇÃO PARA PREFEITO		
PLEITO	CANDIDATO/PARTIDO ELEITO	PLEITO	PARTIDOS ELEITOS EM MAIOR NUMERO DE MUNICÍPIOS	
1994	José Wilson Siqueira Campos (PPR) ²	1996	PPB	41
			PMDB	38
			PFL	32
			PSDB	16
1998	José Wilson Siqueira Campos (PFL)	2000	PFL	56
			PP	37
			PSDB	22
			PMDB	12
2002	Marcelo Miranda (PFL)	2004	PFL	24
			PSDB	23
			PL	22
			PMDB	19
2006	Marcelo Miranda (PMDB)	2008	PMDB	38
			DEM	26
			PR	23
			PSDB	16
2010	José Wilson Siqueira Campos (PSDB)	2012	PSD	31
			PMDB	24
			PSDE	20
			PSB	14
2014	Marcelo Miranda (PMDB)	2016	-	-
			-	-
			-	-
			-	-

Fonte: TRE, TSE (Org. RODRIGUES, J. C., 2015)

Pela tabela exposta acima, podemos identificar alguns elementos que nos apontam uma nítida influência das eleições para governador nas eleições para prefeitos no estado do Tocantins:

- Em 1994, Siqueira Campos foi eleito governador pelo PPR, partido que, após fusão com o primeiro PP em 1995, tornou-se PPB e elegeu 41 prefeitos no pleito de 1996, configurando-se como o partido mais votado naquele pleito;
- Em 1998, Siqueira Campos foi reeleito governador, desta vez pelo PFL (atual DEM) e, no pleito para prefeito municipal de 2000, a mesma legenda (PFL) elegeu 56 prefeitos no estado, sendo o partido de maior expressão naquele pleito;

² O PPR foi fundado em 1993 e encerrado em 1994. Ele foi resultado da fusão do PDC com PDS. Em 1995, fundiu-se com o primeiro PP e virou PPB.

- c) Em 2002, Marcelo Miranda (PFL), com o apoio de Siqueira Campos, foi eleito governador e, no pleito municipal seguinte, em 2004, o PFL elegeu a maioria dos prefeitos no estado, mas, dessa vez, sem a hegemonia do pleito anterior quando havia eleito 56 prefeitos; no pleito de 2004, a legenda elegeu 24 prefeitos, um a mais que a segunda maior legenda de expressão neste pleito municipal, o PSDB, que elegeu 23 prefeitos;
- d) Em 2006, Marcelo Miranda foi reeleito governador, mas, dessa vez, por nova legenda, o PMDB, mudança esse resultado das desavenças com Siqueira Campos; em 2008, o mesmo PMDB de Marcelo Miranda, se coloca como o partido que mais elegeu prefeitos no estado, contabilizando 38 prefeituras;
- e) Em 2010, Siqueira Campos, desta vez no PSDB, foi eleito governador do estado, mas seu partido não obteve a maioria dos prefeitos eleitos nos dois anos seguintes, tradição que vinha sendo mantida desde 1994: o PSDB elegeu 20 prefeitos, bem abaixo do PSD (partido criado em 2011, que elegeu 31 prefeitos);
- f) Em 2014, Marcelo Miranda foi eleito governador novamente, pelo PMDB e o impacto disso nas eleições municipais será medido em 2016.

Este quadro revela com clareza que as eleições para prefeitos sofreram influências diretas das eleições para governador no estado, apresentando, a cada pleito, mudanças no cenário político e permitindo elaborarmos a seguinte hipótese: a fidelidade partidária entre candidatos a cargos eletivos no Tocantins é frágil e instável, haja vista que há uma forte tendência a candidatos a prefeito filiarem-se ao partido governista em troca de apoios na administração municipal.

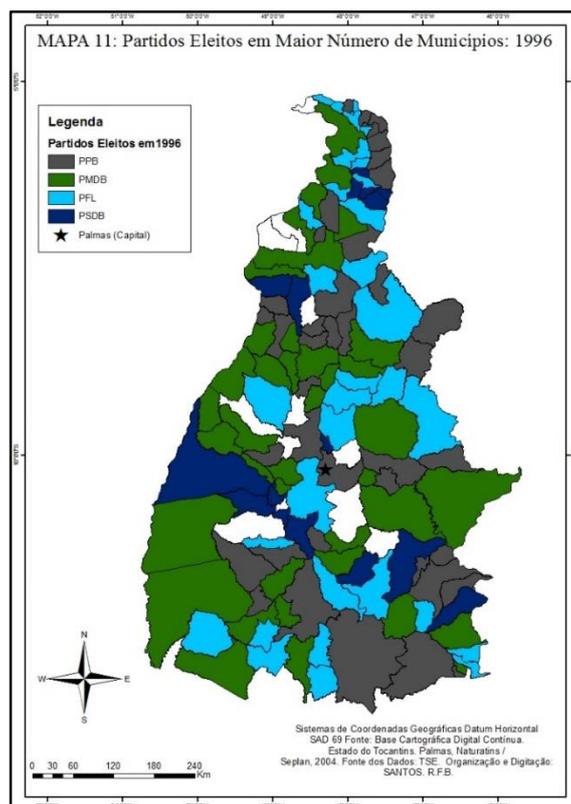
O contrário não ocorre: é fraca ou quase inexistente a influência das eleições municipais nas eleições estaduais. Um exemplo está na forte participação do PSD nas eleições municipais de 2012 e nenhuma representatividade na eleição estadual de 2014. Ou seja, consideramos que são os governadores que fazem a representação partidária dos prefeitos, mas os prefeitos não são capazes de fazer a representação partidária dos governadores.

A análise dos resultados eleitorais também revela-nos que o “espaço político” regional é dinâmico e contraditório. Nas eleições para governador é nítida a eleição de candidatos vinculados a poucos partidos, pois de 1994 a 2014, apenas 04 (quatro) partidos foram responsáveis pela eleição de 06 (seis) governadores, muitos embora reeleitos, mas por legendas diferentes.

Em contrapartida, as eleições municipais apresentaram, pleito após pleito, maior participação partidária, saltando de 08 (oito) partidos em 1996 para 16 (dezesseis) partidos em 2012, ou seja, ampliou-se, em cada pleito analisado, a participação partidária no controle dos municípios tocaninenses, caracterizando, do ponto de vista da participação partidária, uma maior democratização das eleições municipais comparada com a estadual. Isso decorre, dentre outros fatores, do interesse de legendas no controle desta unidade da federação, que é de grande importância para a representatividade desses grupos políticos por se tratar de um ente federativo com orçamento próprio e autonomia administrativa, além de ser uma “vitrine” para o partido.

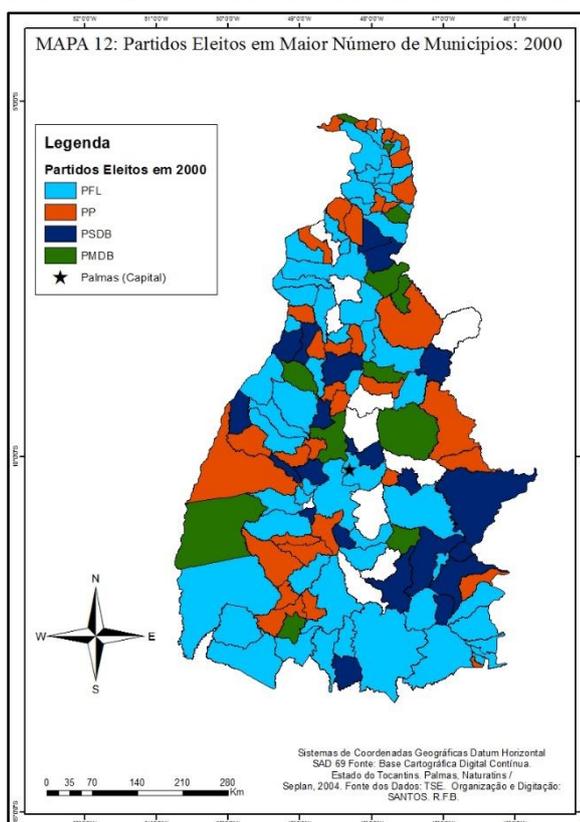
Apresentamos agora as representações cartográficas da tabela 1. Os mapas são das eleições para prefeitos dos pleitos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012. Estes mapas nos ajudarão a visualizar a espacialidade de cada partido político. Vejamos:

MAPA 11: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios (1996)



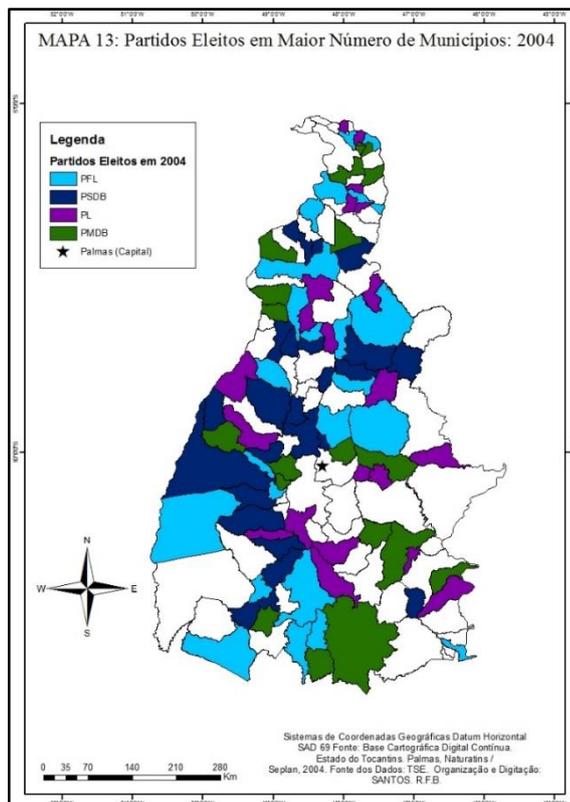
Fonte: TSE.

MAPA 12: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios (2000)



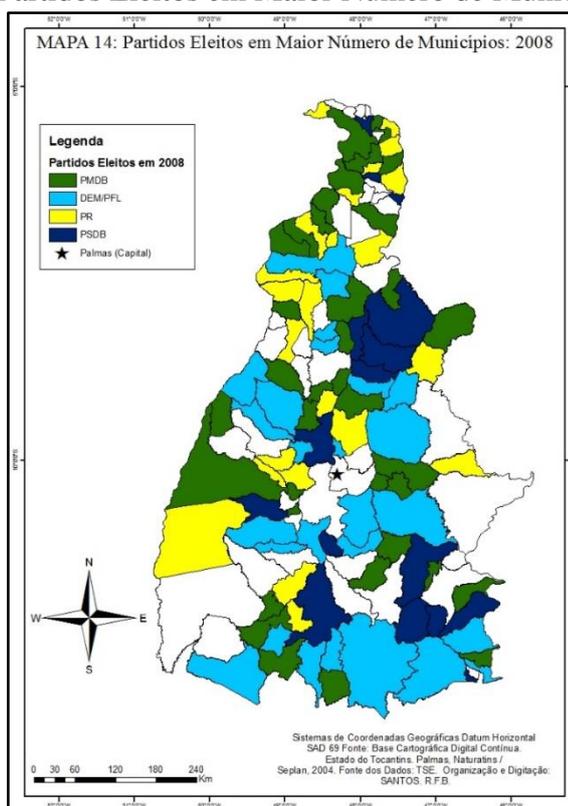
Fonte: TSE

MAPA 13: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios (2004)



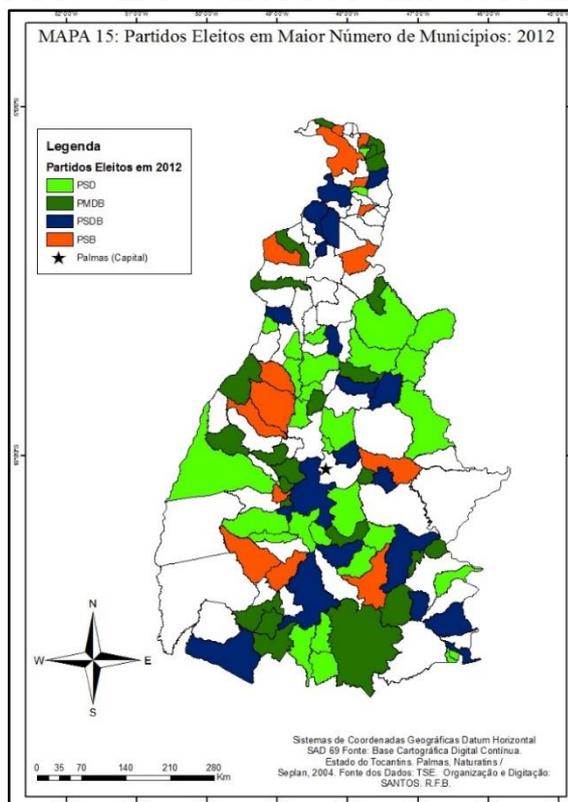
Fonte: TSE.

MAPA 14: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios (2008)



Fonte: TSE.

MAPA 15: Partidos Eleitos em Maior Número de Municípios (2012)



Fonte: TSE.

Nas representações cartográficas acima, vemos a confirmação da nossa análise, na qual os partidos que elegeram o governador, tem uma boa expressão nas eleições para o executivo municipal; há uma relação íntima entre os dois poderes. Na eleição de 2012, há uma exceção: o partido que angariou maior número de prefeituras foi o PSD, de Gilberto Kassab, que não participou da eleição para governador em 2010 por ainda não ter sido homologado pelo TSE. No pleito de 2010, o governador foi eleito pelo PSDB o qual, em 2012, elegeu apenas 20 prefeitos.

Assim, a importância de obter o controle desses municípios está na ocupação de um espaço político estratégico para fins de criar um espaço de visibilidade ao partido agregando representatividade que possa colaborar com a expansão da legenda sobre outros municípios, ou mesmo no governo estadual. O controle do espaço político municipal, portanto, é estratégico aos grupos que pretendem se consolidar no poder político estadual.

Além da escala municipal dar visibilidade à legenda, ela também permite a exposição do governante por meio da publicidade em obras e do repasse de recursos para que o gestor municipal possa desenvolver seus trabalhos. Dessa forma, para o poder executivo estadual, ter uma ampla e sólida base de apoio nos municípios é de fundamental importância para manter-se no controle político do estado (via reeleição) ou eleger aliados/correligionários em próximos pleitos eleitorais.

Um fato muito interessante do ponto de vista do apoio político é a fala de dois chefes do executivo, um do âmbito estadual e outro do âmbito municipal, com falas parecidas no que tange às suas gestões. Estas falas aparecem no site de notícias “Conexão Tocantins”, onde encontra-se duas entrevistas: uma com o chefe do poder executivo estadual, Marcelo Miranda, e a outra com o chefe do poder executivo municipal de Araguaína, Ronaldo Dimas. Estas falas nos ajudam a analisar a questão da influência política entre os dois poderes.

Na reportagem intitulada “*Ao receber apoio de prefeitos, Marcelo diz que é hora de parcerias e não de discutir cores partidárias; Halum pondera: Não viemos pedir favorecimento*”, de 17 de abril de 2015, há uma fala do então governador Marcelo Miranda, que, nessa ocasião, recebe apoio de alguns prefeitos de várias regiões do estado no Palácio Araguaia. Marcelo Miranda fala da seguinte forma: “Sou governador dos 139 municípios. As portas do Palácio Araguaia estarão sempre abertas para receber todos os que querem o melhor para o Tocantins”.

Ele aproveitou a oportunidade para lembrar que “é hora de parcerias e não de discutir cores partidárias”. Nessa mesma reportagem, outro ator político muito conhecido tem uma fala

parecida, negando qualquer aliança política. Este ator é César Halum (Deputado Federal pelo Tocantins), que diz o seguinte na entrevista: “Não viemos pedir nada em troca ou favorecimento. Reconhecemos as dificuldades que o Estado atravessa e devemos acompanhar o governador, pois esse projeto não se constrói com duas mãos, mas com várias”. Em sua fala, César Halum demonstra que não há troca de favores, há somente apoio ao governador.

Em outra reportagem do mesmo site com o título: *“Dimas revela que reeleição depende de auto avaliação, critica Sandoval e dispara: ‘O sucesso da gestão do governador é o sucesso da minha’*”, de 19 de março de 2015, o prefeito de Araguaína, Ronaldo Dimas, reproduz o mesmo discurso de Marcelo Miranda e vai um pouco além ao afirmar que: “o sucesso da gestão do governador é o sucesso da minha”, demonstrando que há extrema ligação entre a gestão do governador e a do prefeito. Em relação a Ronaldo Dimas, cabe aqui uma observação: em sua campanha para prefeito, em 2012, ele recebeu apoio do ex-governador Siqueira Campos e, na eleição do ano de 2014, para governador, ele devolveu este apoio ao candidato de Siqueira Campos, Sandoval Cardoso, que não veio a se eleger.

Na entrevista, Ronaldo Dimas fala da seguinte forma: “Nesse momento não estou preocupado com questão de aproximação política, o ano não é político pelo contrário é um ano difícil administrativamente, o que temos que fazer é somar forças. Não vamos vencer as dificuldades brigando”, defendeu. O prefeito defende a aproximação com o governo do estado para solucionar os problemas que todos estão enfrentando, e, em outro momento, ele coloca que, se não receber apoio do governador, pode perder espaço para outras cidades.

Na reportagem, “O prefeito deixou claro que quer parceria com o governo do Estado até para garantir que Araguaína não perda espaço regionalmente principalmente com relação aos municípios do Pará e Maranhão”. Segundo Ronaldo Dimas, “Levamos uma agenda positiva para o governador, se o governo não nos auxiliar podemos perder muito regionalmente: o sucesso da gestão do governador é o sucesso da minha gestão junto. Todos os entes tem que caminhar bem”. Podemos observar, nestas falas, que os líderes do executivo estão constantemente trocando apoio político independente da agremiação partidária; isto serve tanto para a manutenção no poder quanto para a aprovação de projetos. E, independentemente do que afirmam esses atores, isto futuramente pode ser visto nas campanhas políticas.

Através dessa reportagem, podemos observar a hierarquização pela busca de apoio: observamos que os chefes do poder executivo municipal buscam apoio do governador, mesmo estando em um contingente maior, o que poderia ser uma grande vantagem, pois eles poderiam se organizar e pressionar o governador por medidas e projetos que viessem a favorecer a

população. Mas, ao contrário, há certa diplomacia, na qual não se sabe ao certo a real intenção e o discurso é sempre de negação a qualquer influência política.

3.1. Importância deste trabalho no ensino de geografia

Primeiramente, este trabalho pode ser utilizado nas escolas como projeto de estágio, com a intenção de criar nos alunos uma cultura política, para que possam desenvolver uma mentalidade política levando-os à escolha de seus candidatos nas eleições, tanto para representantes do executivo quanto do legislativo.

A política é a ação de organizar e administrar o estado e a coisa pública, e, de certa forma, a privada, pois as ações do estado afetam a questão da economia privada. Nesse sentido, um projeto com essa temática elucidaria os alunos na questão de entender como isso funciona. Mas, eles deveriam aprender, primeiramente a organização dos três poderes no estado nacional, o que facilitaria a compreensão do tema como um todo.

Nosso país passa por um momento delicado politicamente, na forma de crises política, econômica e de representação partidária. Neste momento, a educação tem o dever de analisar e explicar estes fenômenos, pois, deixar essa responsabilidade para outros meios de formação de opinião, pode ser bem devastador. Como hoje a informação circula de forma cada vez mais rápida (lembrado que informação não é conhecimento e precisa-se de conhecimento para ter uma análise dos fatos presenciados), é notória a importância de um bom conhecimento, pois os meios de informação, muitas vezes, estão cercados de interesses particulares e querem, de forma rápida e precisa, criar uma opinião, o que tem sido feito intensivamente no que se refere à política. Portanto, para evitar isso, é função da educação criar situações nas quais despertem nos alunos um senso crítico para que certos interesses particulares não sejam exercidos sobre eles.

Em se tratando do ensino de Geografia, criar um senso crítico é quase que obrigatório, pois as análises espaciais que fazemos, tanto de ordem vertical quanto horizontal, levam em conta as ações humanas, e o caráter descritivo e passivo, como muitos pensam ser função da Geografia, foi deixado de lado há vários anos. E, para ter seu objetivo alcançado, tanto a ciência quanto o ensino de Geografia, dualidades que não devem andar separadas, devem ter o espaço como ponto de análise e o ser humano como ator de importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo construir um referencial teórico sobre a Geografia Política e Geografia Eleitoral do estado do Tocantins dentro de certos recortes temporais e tendo como ponto de análise os partidos políticos. Escolhemos os partidos políticos para medir a influência política, pois seria bem mais difícil elencar todos os atores políticos do estado em ambos os poderes.

A Geografia Política vem se modificando e desenvolvendo ao longo dos anos. Desde Ratzel até a crise por volta de 1950 esta subárea da Geografia passou por várias modificações, tanto na abordagem quanto no objeto de análise, e, com a influência da globalização nas últimas décadas, tanto a Geopolítica quanto a Geografia Política tiveram que ampliar seu campo de análise.

A Geografia Eleitoral vem para responder às questões de cunho político eleitoral que, até então, eram pouco estudadas. Ela tenta responder certas perguntas e nos auxilia a entender um contexto maior, que é o cenário político nacional e global. Talvez seja essa a intenção dos geógrafos que estudam esta subárea da Geografia: partir tanto do global para entender o local quanto do local para entender o global, tendo sempre o espaço como ponto principal. O contexto do estado do Tocantins talvez seja bem diferente do restante do país, mas partimos de outros exemplos para construir nosso referencial teórico, e, então, entender como funciona o processo político e eleitoral do estado.

Quando falamos na questão espacial, este espaço não é imparcial, no sentido de que pode influenciar nas decisões políticas, e que serve de interesse estratégico para certos grupos e atores, tanto públicos quanto privados, o que torna decisivo entender quais são esses interesses e quais são as decisões e grupos, e isso passa pela eleição dos líderes políticos, pois são eles que vão tomar as decisões que impactam no espaço e na sociedade.

Diante do que foi exposto, consideramos que o quadro político no estado do Tocantins é complexo, polarizado entre dois grupos políticos no controle do poder executivo estadual, o que forma “rede de poder” capaz de influenciar nas escolhas para prefeitos e vereadores. Dessa forma, os processos eleitorais não são neutros, sobretudo os tocaninenses, diante do que podemos analisar até o momento.

A influência de partidos e governantes nesses processos é nítida e compromete o próprio pleito, pois, conforme Bobbio (2013, p. 27), “dizer que o corpo eleitoral escolhe os seus representantes é dizer apenas metade da verdade”. Possivelmente, temos uma crise de representatividade na política estadual que precisa ser melhor analisada, sobretudo no âmbito da Geografia Política e dos espaços políticos constituídos até o momento, os quais implicam diretamente no modo como a gestão sobre o território é administrada.

Os resultados das eleições só fazem sentido para a Geografia Eleitoral quando feita sobre o olhar espacial e também sobre a questão humano social, pois o que nos interessa é em que medida isso afeta a vivência social, pois os números e os códigos cartográficos não fazem sentido se não explicarmos em que isto afeta ou melhora a vida social como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos:** modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 43-72.

_____. As bases territoriais da democracia e as questões do sistema eleitoral no Brasil. In: **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011, p.1-18, 2011.

_____. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CONEXÃO TOCANTINS. Dimas revela que reeleição depende de autoavaliação, critica Sandoval e dispara: “O sucesso da gestão do governador é o sucesso da minha”. 19.03.2015. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2015/03/19/dimas-revela-que-reeleicao-depende-deautoavaliacao-critica-sandoval-e-dispara-o-sucesso-da-gestao-do-governador-e-o-sucesso-daminha>>. Acesso: 20. mar. 2015.

_____. Ao receber apoio de prefeitos, Marcelo diz que é hora de parcerias e não de discutir cores partidárias; Halum pondera: 'não viemos pedir favorecimento'. 17.04.2015. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2015/04/17/ao-receber-apoio-de-prefeitos-marcelo-diz-que-e-hora-deparcerias-e-nao-de-discutir-cores-partidarias-halum-pondera-nao-viemos-pedir-favorecimento>>. Acesso em: 20 abr.2015.

JUWER, Vinicius V. S. Geografia e voto: comportamento eleitoral em espaços de controle criminoso na cidade do Rio de Janeiro-Brasil. Anais: **Encuentro de Geógrafos de America Latina**, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra_Vin%C3%ADcius-Ventura-e-Silva-Juwer.pdf>. Acesso em 06 mar. 2014.

RATZEL, Friedrich. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson F. Barros dos; ALVES, Cassio Fonseca. A **geografia eleitoral do estado do Tocantins**: análise das eleições para governador de 1988 a 2010. GeoTextos, vol. 10, n. 02, dez/2014, p. 119-142.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

TOLEDO JUNIOR, Rubens de. **O lugar e as eleições**: a expressão territorial do voto no Brasil. GeoTextos, v. 3, n. 1 e 2, p. 171-183, 2007.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Autonomia municipal e criação de governos locais: a peculiaridade institucional brasileira. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, vol. 42, p. 103-120, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/view/5178/3894>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

TSE. **Resultados das eleições de 1996**: Tocantins – Prefeito. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em jul. 2015.

_____. **Resultados das eleições de 2000**: Tocantins – Prefeito. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

____. **Resultados das eleições de 2004:** Tocantins – Prefeito. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: 09 jul. 2015c.

____. **Resultados das eleições de 2008:** Tocantins – Prefeito. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm>. Acesso em: 09 jul. 2015c

____. **Resultados das eleições de 2012:** Tocantins – Prefeito. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>>. Acesso em: 09 jul. 2015c.

_____. **Resultados das eleições de 1994:** Tocantins – Governador. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultadosdas-eleicoes-1994/tocantins/resultados-das-eleicoes-1994-tocantins-governador>. Acesso em: 18 abr. 2014c.

_____. **Resultados das eleições de 1998:** Tocantins – Governador. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultadoda-eleicao-de-1998>>. Acesso em: 18 abr. 2014d.

_____. **Resultados das eleições de 2002:** Tocantins – Governador. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultadoda-eleicao-2002>>. Acesso em: 18 abr. 2014e.

_____. **Resultados das eleições de 2006:** Tocantins – Governador. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultadoda-eleicao-2006>. Acesso em: 18 abr. 2014f.

_____. **Resultados das eleições de 2010:** Tocantins – Governador. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 18 abr. 2014g.

_____. **Resultados das eleições de 2014:** Tocantins – Governador. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Acesso em: 21 set. 2014.

VESENTINI, J. W, **O que é Geografia Política? O que é geopolítica?**. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>>. Acesso em: 16, set. 2015.

_____. **Geografia Política E Geopolítica: Determinismo E Possibilismo?***. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/determinismo.htm>>. Acesso em: 16, set. 2015.

_____. **W. Novas Geopolíticas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000. v. 1. 126p.

ZANFOLIN, Doraci Elias. **Geografia Eleitoral:** reforma política e uso do território brasileiro. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZOLNERKEVIC, A., RAFFO, J. GEOGRAFIA ELEITORAL: REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DA VOLATILIDADE DO VOTO. **GEOUSP: espaço e tempo**, América do Norte, 33, mai. 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs/2.2.4/index.php/geousp/article/view/552>>. Acesso em: 01 out. 2015.

Sites pesquisados:

<http://www.tre-to.jus.br/>

<http://www.tse.jus.br/>

<http://www.geocritica.com.br/>

<http://conexaoto.com.br/>

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/historia-dos-partidos/index.html>